

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabriela Mariano Alves de Souza

**Necropolítica, Subjetividades e Terrorismo: Uma Análise de Motivações Individuais para Integrar a Al-Qaida, Boko Haram, Estado Islâmico e Frente Al-Nusrah a partir de uma Revisão de Literatura**

São Paulo

2025

GABRIELA MARIANO ALVES DE SOUZA

**Necropolítica, Subjetividades e Terrorismo: Uma Análise de Motivações Individuais para Integrar a Al-Qaida, Boko Haram, Estado Islâmico e Frente Al-Nusrah a partir de uma Revisão de Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Roberto Capella Giannattasio

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação  
Seção Técnica de Biblioteca

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Dados inseridos pela Autora

Souza, Gabriela Mariano Alves de

Necropolítica, Subjetividades e Terrorismo: Uma Análise de Motivações Individuais para Integrar a Al-Qaida, Boko Haram, Estado Islâmico e Frente Al-Nusrah a partir de uma Revisão de Literatura / Gabriela Mariano Alves de Souza; orientador: Arthur Roberto Capella Giannattasio, -- São Paulo, 2025.  
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

1. Terrorismo 2. Grupos terroristas 3. Necropolítica 4. Subjetividade 5. Politização do Corpo I. Giannattasio, Arthur Roberto Capella, orient. II. Título

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Arthur Capella, com quem sempre pude contar. Suas instruções e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Também sou grata aos familiares que continuamente instigaram minha curiosidade, assim como aos amigos que estiveram ao meu lado durante a trajetória acadêmica. Vocês são alicerces não só da minha formação como internacionalista, mas também do meu desenvolvimento enquanto pessoa.

Por fim, dedico um agradecimento especial aos meus pais e ao Pedro, que consistentemente me motivaram a confiar na minha capacidade e estiveram comigo nos momentos de cansaço e desânimo.

SOUZA, G. M. A. de. **Necropolítica, Subjetividades e Terrorismo**: Uma Análise de Motivações Individuais para Integrar a Al-Qaida, Boko Haram, Estado Islâmico e Frente Al-Nusrah a partir de uma Revisão de Literatura. 2025. 58 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

## RESUMO

Esse trabalho realiza uma análise das motivações individuais para participação em grupos terroristas, especificamente na Al-Qaida, Boko Haram, Estado Islâmico e Frente Al-Nusrah, à luz dos conceitos de biopolítica de Michel Foucault e necropolítica de Achille Mbembe. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura a partir de artigos baseados em entrevistas com ex-combatentes dessas organizações, assim como aqueles de teor abstrato sobre o assunto, o que permitiu a sistematização das motivações em 6 categorias: I. religião; II. razões econômicas; III. vivência integral da identidade islâmica; IV. busca por significação pessoal; V. ativismo contra conflitos nas regiões de interesse e VI. reação à xenofobia/islamofobia. Nesse sentido, as categorias V e VI foram interpretadas como parâmetros de identificação de motivações associadas à resistência à bio/necropolítica e sua aparição sistemática nos artigos analisados permitiu concluir que é possível compreender parte das motivações para participação nesses grupos sob essa ótica, considerando um movimento de reivindicação da agência mediante a politização do corpo.

**Palavras-chave:** Terrorismo. Grupos terroristas. Necropolítica. Subjetividade. Politização do Corpo.

SOUZA, G. M. A. de. **Necropolitics, Subjectivities, and Terrorism:** an analysis of individual motivations to join Al-Qaeda, Boko Haram, Islamic State and Al-Nusrah Front based on a literature review. 2025. 58 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

## ABSTRACT

This work analyzes the individual motivations for participation in terrorist organizations, specifically Al-Qaeda, Boko Haram, the Islamic State, and the Al-Nusrah Front, through the lenses of Michel Foucault's biopolitics and Achille Mbembe's necropolitics. To do so, a literature review was conducted using articles based on interviews with former members of these organizations, as well as theoretical contributions on the subject. This allowed the systematization of motivations into six categories: I. religion; II. economic reasons; III. comprehensive experience of Islamic identity; IV. search for personal meaning; V. activism against conflicts in regions of interest; and VI. reaction to xenophobia/Islamophobia. In this regard, categories V and VI were interpreted as indicators of motivations associated with resistance to bio/necropolitics, and their systematic appearance in the analyzed articles led to the conclusion that part of the motivations for joining these groups can be understood from this perspective, as a movement of reclaiming agency through the politicization of the body.

Keywords: Terrorism. Terrorist groups. Necropolitics. Subjectivity. Politicization of the body.

## SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO .....	8
II. MÉTODO .....	11
II.A Fontes Secundárias e Revisão Bibliográfica .....	11
II. B. Marco Teórico .....	15
II. B. I Criação de subjetividades através do racismo .....	16
II. B. II O papel da morte e a necropolítica .....	18
II. B. III Possibilidades de politização do corpo como alternativa .....	19
III. RESULTADOS .....	22
III. A. A estruturação do combate ao terrorismo no sistema ONU .....	22
III. B Grupos terroristas em questão .....	23
III. B. I Al-Qaida e Frente Al-Nusrah .....	24
III. B. II Estado Islâmico .....	27
III. B. III Boko Haram .....	30
IV. ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES COLETADAS PELA PLANILHA .....	33
IV. A Motivações encontradas em relatos obtidos por entrevistas .....	34
IV. B Motivações encontradas em artigos teóricos .....	38
V. DISCUSSÃO .....	42
VI. CONCLUSÃO .....	46
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	48

## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é pautado pela relevância do terrorismo na agenda de segurança internacional contemporânea. O tema recebeu atenção crescente da comunidade internacional desde o início do século XXI, após os ataques de 11 de setembro de 2001 e o estopim da Guerra ao Terror por parte dos Estados Unidos.

Isso se deu em função não só da preocupação com o escopo e gravidade dos atos considerados terroristas, mas também de seu impacto sobre a necessidade de reestruturação de planos de defesa nacionais em diversos Estados e organizações internacionais a fim de evitar novos ataques. Nesse sentido, o uso exacerbado da violência e os consequentes altos custos humanos associados a atos terroristas representam um grande desafio para a promoção dos direitos humanos, especialmente em relação à integridade da vida humana e o impacto na esfera psicológica dos indivíduos afetados no longo prazo.

Além disso, não menos importante é a ausência de definição universal sobre o conceito de terrorismo, o que implica na possibilidade de instrumentalização do termo e de constante disputa em torno de sua utilização. Para a ONU, por exemplo, segundo a Resolução 1566 do Conselho de Segurança (United Nations, 2004b), atos terroristas são:

Criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act. (United Nations, 2004b)

Além da ONU, outras organizações internacionais também oferecem suas próprias perspectivas sobre o conceito de terrorismo. Nesse sentido, o Guia Prático sobre Direito Humanitário do Médicos Sem Fronteiras elenca as múltiplas tentativas de definição de terrorismo realizadas no escopo da União Europeia, destacando os principais pontos em comum em todas elas:

I. The ideological nature of the terrorist act; II. the fact that it is directed against a population that does not participate in hostilities in the context of an armed conflict; III. the fact that the mere threat to commit a terrorist act is sufficient to define it as such; IV. and finally, the fact that it aims at undermining a government or an international organization, notably through the destruction of its infrastructures. (MSF, s.d.)

Já no caso da legislação brasileira, a Lei nº13.260, de 16 de março de 2016, define o terrorismo como:

A prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. (Brasil, 2016)

Ainda que não seja objetivo deste trabalho uma discussão aprofundada sobre o conceito de terrorismo, destaca-se que essas definições possuem em comum a concepção de que o terrorismo é uma prática com o intuito de **gerar terror na população em geral**, a qual é **pautada fundamentalmente por questões ideológicas**, o que o distinguiria de outras tipificações criminosas. Scull, Alkhadher e Alawadi (2020) respaldam essa teorização em sua definição de terrorismo: “*terrorism can be operationalized as deliberate acts of violence against civilians to further ideological, religious, and/or political beliefs, with a secondary goal of instilling fear in the broader population*” (Scull, Alkhadher e Alawadi, 2020, p. 232).

Além disso, vale menção à possibilidade de instrumentalização do termo para fins geopolíticos, como nota-se nas recentes movimentações dos Estados Unidos em direção a uma tentativa de classificação de organizações criminosas latinoamericanas como terroristas (Araújo, 2025). Dada a tipificação penal especial do terrorismo na jurisdição norte-americana, esse tipo de utilização do termo pode ser compreendida como uma estratégia intervencionista a fim de incidir sua jurisprudência sobre os territórios de atuação de tais organizações (Araújo, 2025).

Diante dessas considerações sobre a relevância e o impacto das discussões sobre o terrorismo dentro e fora do mundo acadêmico, este trabalho possui como foco a análise das motivações para participação em grupos terroristas, encontradas tanto em artigos com relatos de ex-combatentes dessas organizações quanto em artigos de teor abstrato sobre o assunto.

Para tanto, toma-se como base os conceitos de biopolítica de Foucault e de necropolítica de Mbembe, que expande o conceito foucaultiano para o contexto de sistemas de violência e dominação. Sob essa perspectiva, enquanto a biopolítica é entendida como o exercício do poder de promover a vida ou proibi-la até a morte, a necropolítica foca no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer

(Foucault, 1976; Mbembe, 2017). Ou seja, enquanto a primeira é exercida no escopo da decisão sobre a vida, a segunda se dedica à decisão sobre a morte.

Dessa forma, o intuito do trabalho é compreender em que medida as motivações encontradas nos artigos selecionados evidenciam motivações que possam ser associadas a uma resistência à ação da bio/necropolítica. Com esse propósito, a pesquisa considerou a classificação de terrorismo segundo o sistema das Nações Unidas e a análise foi direcionada aos artigos sobre o Estado Islâmico, a Al-Qaida, a Frente Al-Nusrah e o Boko Haram.

Em primeiro lugar, será descrita a metodologia da pesquisa, pautada pela revisão bibliográfica de fontes secundárias (seção II.A) e o marco teórico do trabalho, baseado nos conceitos de biopolítica de Foucault e necropolítica de Mbembe (seção II.B). Em seguida, será apresentado como se deu a estruturação do combate ao terrorismo no sistema ONU (seção III.A) e qual é o perfil dos grupos terroristas sob escopo do trabalho (seção III.B). Depois, será realizada a análise das motivações encontradas nos artigos selecionados a partir dos relatos obtidos com entrevistas com ex-combatentes (seção IV.A) e de artigos de revisão teórica sobre o tema (seção IV.B). Por fim, a discussão (seção V) buscará demonstrar se é possível compreender parte das motivações encontradas à luz do conceito de resistência à bio ou necropolítica.

## II. MÉTODO

### II.A Fontes Secundárias e Revisão Bibliográfica

O presente texto se baseia em uma pesquisa qualitativa baseada em fontes secundárias, com base em uma revisão da literatura sobre as motivações de filiação de indivíduos a grupos terroristas. Nesse sentido, foram selecionados artigos que discutem as motivações individuais para participação em grupos terroristas a partir de relatos empiricamente coletados, especialmente entrevistas realizadas pelos autores diretamente com membros ou ex-filiados aos grupos terroristas, e de artigos de revisão teórica sobre as possíveis motivações que levam à filiação.

Assim, pretendeu-se levantar e analisar as razões levantadas para filiação aos grupos extremistas, de forma a entender o que leva o indivíduo a escolher participar do combate armado, seja através das próprias justificativas dos ex-filiados ou por aquelas levantadas pelos autores dos artigos analisados. A pesquisa possui o objetivo de identificar se entre as motivações levantadas, há alguma ligada a formas de resistência bio ou necropolítica e, em caso afirmativo, como elas aparecem. Nesse sentido, este item se destina a apresentar o método utilizado para desenvolver o presente estudo.

As fontes encontradas foram fruto de busca nos bancos de artigos acadêmicos JStor e Scielo e no cruzamento de referências dentro dos artigos analisados. O processo de levantamento dos artigos se deu conforme a descrição a seguir para cada repositório.

No JStor, as palavras-chaves foram utilizadas em diferentes combinações com operadores booleanos, sendo elas: *interview*, *terrorist*, *terrorism* e *motivation*. Essas palavras-chave foram pesquisadas em português, inglês, francês e espanhol e a busca foi feita com filtro de pesquisa apenas por artigos na seleção de itens. Além disso, o recorte temporal escolhido para a pesquisa foi de 2013 a 2023. Esse lapso foi escolhido para análise dos 10 anos subsequentes à origem do grupo terrorista Estado Islâmico (ISIS), período durante o qual viveu sua ascensão e declínio. Criado em abril de 2013, o ISIS pode ser considerado um dos principais influentes do terrorismo contemporâneo (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022), visto que seu modelo de atuação ampliou significativamente o recrutamento transnacional de combatentes, utilizando sobretudo as plataformas digitais como ferramenta de propaganda e mobilização. Em comparação com o modelo de convocação da Al Qaida, grupo antecessor criado em 1988, a mudança é drástica: enquanto os membros deste grupo eram pessoalmente convocados e avaliados pelas

lideranças (“Al Qaida” significa “a base” em árabe), no ISIS a utilização massiva das redes sociais levou à filiação de mais de 30 mil recrutas oriundos de todo o mundo (Singer e Brooking, 2019). Nesse sentido, o ISIS aumentou não só a escala de recrutamento, como também suas plataformas de comunicação, facilitando a possibilidade de contato com os extremistas via internet. Como consequência, esse fenômeno midiático também contribuiu para o boom nos estudos e produção de relatos de ex-combatentes de grupos terroristas, o que propiciou o aprofundamento dos estudos acadêmicos sobre o processo de recrutamento e funcionamento de organizações terroristas.

Além disso, os critérios de inclusão e exclusão foram: I. Título, II. Resumo e III. Metodologia. A busca na plataforma JSTOR das palavras *terrorist* e *interview* resultou em 5.082 trabalhos. Destes, após o filtro por título, foram selecionados 164 artigos, tendo sido excluídos aqueles que não tratavam dos temas de interesse, como por exemplo os voltados à pesquisa sobre financiamento de organizações terroristas e políticas externas.

O segundo critério de exclusão pela leitura do resumo permitiu o afunilamento para seleção de 29 artigos. Foram excluídos artigos que focavam em medidas contraterroristas ou na descrição dos grupos terroristas ao invés dos filiados (23 artigos); abordagens midiáticas ou culturais do assunto (21 artigos); as estratégias de propaganda dos grupos (19 artigos); que não tratavam propriamente de terrorismo, apesar de tratar sobre racismo ou “Otherization” (16 artigos); o foco no desengajamento ao invés da motivação (14 artigos); a análise top down (como grupos recrutam) ao invés das motivações pessoais para filiação (14 artigos); relações entre crime e terror (12 artigos); visões de gênero sobre o terrorismo (11 artigos); e também a migração entre grupos terroristas (5 artigos);

Por fim, após o último filtro de exclusão com base na análise das metodologias, foram selecionados 26 artigos. Esse número final de artigos selecionados também reflete o cruzamento de referências através da leitura dos textos levantados. Foram excluídos artigos em que as entrevistas foram realizadas com ex-participantes de grupos paramilitares, não grupos terroristas (1 artigo); novamente, quando o foco é na maneira que os grupos motivam a participação dos indivíduos e não o contrário (1 artigo); em que o objetivo era entender o estilo de liderança do grupo terrorista sob algum personagem proeminente (1 artigo); o impacto da saúde mental no desengajamento do terrorismo (1 artigo); o foco na estratégia de utilização de mulheres como *suicide bombers* pelos grupos terroristas e não na motivação delas em praticarem estes atos (1 artigo); classificação do perfil de integrantes dos grupos terroristas sem abordagem de suas motivações (1 artigo);

em que o foco era a análise discursiva das falas de ex-terroristas ao invés dos motivos para radicalização (1 artigo); em que as entrevistas não eram com ex-filiados, mas sim exclusivamente com familiares, vizinhos ou amigos, ou mesmo com a população em geral (3 artigos) ou em que o foco era na experiência dos ex-filiados no retorno a seus países de origem pós-deradicalização ao invés das motivações para a participação terrorista em primeiro lugar (1 artigo).

Integrantes de outros grupos terroristas foram igualmente entrevistados pelos artigos analisados, tais como membros do Talibã (1 artigo), do *Free Syrian Army* (1 artigo), do *al-Shabaab*, o *Mombasa Republican Council* (MRC), a *Allied Democratic Forces* (ADF) e o *Lord's Resistance Army* (LRA) (1 artigo). Contudo, considerando o escopo de pesquisa deste trabalho, as informações prestadas por essas pessoas foram desconsideradas pela presente análise.

Além disso, durante o processo de filtragem foi possível perceber que por vezes a literatura utiliza terrorismo e violência extrema ou violência radical como sinônimos, tendo sido mantidos os textos em que, após a leitura, este era o caso. Groppi (2017) argumenta que o processo de associação entre as terminologias de radicalização e terrorismo emergiu no pós 11 de setembro para designar os membros da Al-Qaida e utiliza como exemplo o caso do IRA (Irish Republican Army) para reforçar seu ponto: “*in the past there was no mention of IRA members being radicalised.*” (Groppi, 2017, p. 68).

Já na base do Scielo, ao pesquisar tanto (“*terrorista*” AND “*motivação*”) quanto (“*terrorista*” AND “*entrevista*”), foi possível encontrar 8 resultados no total, dos quais 7 artigos não eram aplicáveis por não tratarem das motivações para participação em atos terroristas, restando a seleção de 1 artigo.

Os 27 artigos selecionados no total foram inseridos numa planilha de controle e de tabulação de referências, conforme o modelo abaixo:

Figura 1: Modelo da planilha de controle de referências

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	ENTREVISTA?	ORIGEM NACIONAL DOS ENTREVISTADOS	QUAL GRUPO TERRORISTA?	MOTIVAÇÕES - AUTOR	SE RESISTÊNCIA, TRECHO:	CITAÇÕES ENTREVISTAS	LINK

Fonte: Próprio autor (2025)

Havia sido inserida originalmente também uma coluna de motivações identificadas na leitura que não tenham sido apontadas pelo autor. No entanto, a limitação

de acesso ao texto integral das entrevistas acaba por restringir a interpretação àquela apresentada no texto. Logo, à medida em que não foram encontradas motivações que destoassem das apontadas pelos autores, a coluna foi excluída. A planilha foi então estruturada com 10 colunas de descrição: 1. título; 2. autor; 3. data de publicação do artigo; 4. entrevista?; 5. origem nacional dos entrevistados; 6. qual grupo terrorista?; 7. motivações levantadas pelo autor; 8. em caso de ser identificada alguma motivação de filiação associada à resistência, o trecho de citação; 9. citações diretas das entrevistas; e, por fim, 10. o link de acesso ao artigo. A coluna 4 faz referência à metodologia do artigo, a fim de realizar uma separação entre os artigos estruturados a partir dos relatos primários dos combatentes de grupos terroristas e os pautados por teorias sociais ou psicológicas. Além disso, a coluna 6 diz respeito aos grupos terroristas citados nos artigos, seja em relação à filiação dos entrevistados ou aos estudos realizados nos artigos teóricos. Cabe destacar também que o preenchimento da coluna 8 visou a ressaltar as motivações que pudessem ser compreendidas como um movimento de resistência à necropolítica, as quais serão descritas na seção de resultados. Já a coluna 9 serviu para destacar os trechos diretos das entrevistas transcritos nos artigos que poderiam servir de exemplo para as motivações apontadas.

Por fim, é importante reconhecer as limitações enfrentadas no campo de estudos sobre o terrorismo. Mesmo com o aumento de produções sobre o tema durante a expansão do Estado Islâmico, no que tange à metodologia de relatos obtidos por entrevistas, mantém-se a dificuldade de detectar e abordar ex-filiados dispostos a compartilhar sua experiência, especialmente nos casos de indivíduos que o envolvimento com terrorismo não é de conhecimento público (Altier, Horgan e Thoroughgood, 2012).

Além disso, quando as entrevistas são possíveis, existe a limitação sobre o viés narrativo em relação aos pontos que serão destacados e os que serão omitidos durante o relato individual, pois é possível, por exemplo, que informações que possam gerar risco à segurança ou que sejam consideradas menos relevantes pelo ex-filiado sejam evitadas, mesmo que pudessem ser essenciais para que os pesquisadores tenham o panorama mais completo da situação (Shapiro e Siegel, 2012).

Outro ponto central para essa limitação são os riscos à segurança dos pesquisadores para garantir o contato com membros das organizações terroristas, especialmente depois que a internet forneceu a capacidade dessas organizações alcançarem mais públicos por conta própria, reduzindo a dependência de acadêmicos e jornalistas para transmitir suas histórias e perspectivas (Dolnik, 2011). De todo modo, a

análise autobiográfica de ex-terroristas é uma importante fonte de informação para a pesquisa sobre grupos terroristas, visto que refletem a compreensão desses grupos sobre os mecanismos sociais que influenciam suas atitudes e comportamentos (Altier, Horgan e Thoroughgood, 2012).

Também cabe destacar que, diante da impossibilidade de acesso ao texto integral das entrevistas, a pesquisa é limitada em torno da interpretação dos autores dos artigos, assim como à seleção dos trechos de citação dos entrevistados realizada por eles.

## **II. B. Marco Teórico**

Este estudo visa compreender a filiação a grupos terroristas sob a luz dos conceitos de biopolítica, de Michel Foucault, e, mais especificamente, de necropolítica, de Achille Mbembe. Esta seção visa retomar a construção desses conceitos para destacar o marco teórico de orientação da pesquisa.

A obra de Foucault foi pioneira na apresentação do conceito de biopolítica, compreendida por ele como uma racionalidade política que toma a administração da vida e das populações como seu objeto (Adams, 2017). Em seu livro “História da Sexualidade”, de 1976, ele denomina a quinta seção como “Direito de Morte e Poder Sobre a Vida”, a qual dedica à conceituação não só do que seria a biopolítica, como também do seu principal instrumento: o biopoder. Para ele, este é *“a power that exerts a positive influence on life, that endeavors to administer, optimize, and multiply it, subjecting it to precise controls and comprehensive regulations”* (Foucault, 1978, p. 137).

Para retratar essa inovação na lógica de poder possibilitada pela biopolítica, Foucault retoma o contexto histórico-político que permitiu seu desenvolvimento. Nesse sentido, o século XVII é um momento chave de transformações: com a diminuição das mortes causadas pela fome e pelas pragas e o consequente aumento populacional, o controle sobre a vida ganhou força. Foi justamente através da operação na esfera dos processos econômicos e das forças que o sustentam que as técnicas de poder da biopolítica ganharam tração (Foucault, 1976, p. 141).

Para Foucault, essas transformações culminaram na transição da sociedade disciplinária para a sociedade do controle, outra conceituação fundamental de sua obra. Apesar de não ser de interesse para o estudo a delonga nesses conceitos, eles são

fundamentais para compreensão da adoção da biopolítica na escala contemporânea. Sendo assim, a sociedade do controle, como Foucault a descreve, é perpetuada não apenas por instituições de controle como o era na sociedade disciplinária, mas sim especialmente pelos corpos de seus cidadãos (Foucault, 1976). Ou seja, a sociedade do controle permite que o biopoder seja seu principal meio de operação: ao se perpetuar pelos corpos das pessoas, o controle da vida é o principal instrumento de poder e perpetuação.

Foucault estabelece então que, diferentemente do poder disciplinário estabelecido previamente, definido como o poder de tirar a vida ou deixar viver (“*take life or let live*”), o biopoder se trata do “poder de promover a vida ou proibi-la até a morte” (“*foster life or disallow it to the point of death*”) (Foucault, 1976, p. 138). Esta diferenciação não significa que o biopoder teria substituído as outras formas de poder mais repressivas e autoritárias, mas sim que ele coopera com estas no exercício da soberania (Adams, 2017).

Sendo assim, o poder da ameaça de morte que o soberano tinha se transforma no poder de gerenciamento e administração dos corpos em vida. Este processo de transição é reflexo da expansão das funções administrativas do Estado, de modo com que a prerrogativa da pena de morte foi se esvaindo à medida em que o Estado adotou o papel de proteção da população dentro de seu território, reduzindo seu recurso à morte (Foucault, 1976, p. 138).

A partir dessa conceituação sobre biopolítica e biopoder e tendo em mente a máxima de “promover a vida ou proibi-la até a morte” nascem 3 desdobramentos importantes para a pesquisa: a criação de subjetividades, de forma a diferenciar quais são as vidas que serão promovidas e aquelas deixadas para morte; o papel da morte, visto que o domínio do poder é realizado no âmbito da vida; e as possibilidades de politização do corpo em resposta e resistência ao domínio realizado pelo biopoder.

## ***II. B. I Criação de subjetividades através do racismo***

Em relação ao primeiro ponto, os trabalhos de Judith Butler e Lauren Wilcox, importantes expoentes da teoria Queer das Relações Internacionais, são de grande ajuda. Em “Bodies That Matter” (1993), Butler se apropria da concepção de biopolítica para centrar o corpo como foco da dimensão material da sexualidade, a fim de discutir os processos de valoração que implicam nas restrições de gênero. O próprio Foucault descreve na “História da Sexualidade” que o propósito de seu estudo era demonstrar como

as distribuições de poder estão diretamente conectadas ao corpo (Foucault, 1978). Sob esse ponto de vista, Butler desvenda a forma de operação do biopoder no estabelecimento do domínio sobre a vida: “*Normative schemes of intelligibility establish what will and will not be human, what will be a livable life, what will be a grievable death*” (Butler, 2004, p. 146). Nesse sentido, é possível compreender a biopolítica como criadora de subjetividades na medida em que o biopoder dispõe os corpos em um sistema de valoração.

Inspirada na precursora, Wilcox expande o argumento de Butler anos depois em “*Bodies of Violence*” (2014) para incluir a análise de corpos que são objeto de violência. Ela os considera profundamente políticos e argumenta que “*Warfare and political violence function to both make, and remake, bodies, not only in the sense of harming and killing them, but in making them into knowable types*” (Wilcox, 2014, p. 10). Através da construção de tipos reconhecíveis, ou, em outras palavras, a definição de “Outros”, os corpos desviantes do padrão visto como “natural” são vistos não apenas como um perigo, mas como uma ameaça existencial (Wilcox, 2014). Nesse contexto, a violência é instrumentalizada e justificada como expertise, não como violação das normas (Wilcox, 2014). Sobre esse ponto, a única exceção em Foucault para o exercício da punição de morte pelo Estado, após o acúmulo da função de administração da vida, seria no caso de “*kill those who represented a kind of biological danger to others.*” (Foucault, 1976, p. 138).

Dessa maneira, ambas as autoras se baseiam na concepção de que a construção da valoração de corpos é histórica e política, processo este que culmina na concentração da violência em parcelas específicas da sociedade. Da mesma forma, inclusive, em “*Il faut défendre la société*” de 1976, Foucault denomina esse processo como racismo de Estado, que se trata tanto da “*condição para a aceitabilidade do fazer morrer*”, quanto do aparato tecnológico destinado a permitir o exercício do biopoder (Foucault, 1997, p. 169).

Partindo desse pressuposto de que o racismo é o principal criador de subjetividades em um mundo estruturado pela biopolítica, podemos buscar analisar a construção desses corpos através do biopoder de forma a compreender o modo com que construções racializadas de identidade podem motivar a adoção de atitudes extremistas a nível individual.

## ***II. B. II O papel da morte e a necropolítica***

A partir da conceituação sobre biopolítica, Achille Mbembe desenvolve sua noção de necropolítica para explicar a forma como o biopoder age em sistemas de violência e dominação, uma vez que acredita que o conceito de Foucault é insuficiente nesses casos (Adams, 2017). Para Mbembe, a necropolítica é a soberania sobre a decisão de morte, não sendo mais o poder de “promover a vida ou proibi-la até a morte” como definido na biopolítica, mas sim o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (“*who may live and who must die*”) (Mbembe, 2017, p. 1). Em outras palavras, a necropolítica seria o estabelecimento de formas de subjugar a vida ao poder da morte e não apenas deixar morrer, como ocorre na biopolítica, mas sim fazer morrer também (Mbembe, 2017).

A análise de Mbembe se baseia em dois conceitos fundamentais: o estado de exceção, exemplificado nos sistemas de opressão instituídos nas colônias, e o estado de sítio, destacado no regime de apartheid. Para ele, o conceito de raça é fundamental nesses processos, dado que foi no mundo colonial que foram testadas as principais ferramentas da necropolítica, através da síntese entre massacre e burocracia (Mbembe, 2017).

Em relação às colônias, Mbembe descreve o processo que as situou em um estado de exceção na medida em que escapavam dos princípios de igualdade jurídica dos Estados e da territorialização do Estado soberano definidos pela ordem jurídica europeia (Mbembe, 2017). Dessa forma, enquanto uma guerra legítima seria aquela travada por Estados “civilizados”, definidos por estes dois princípios-chave, o reconhecimento da colônia como espaço de “selvagens” implicaria que a paz não era uma alternativa nesse espaço, visto que ele é definido através da “*negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo*” (Mbembe, 2017, p. 28). Nesse sentido, Mbembe define que: “*As colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’.*” (Mbembe, 2017, p. 28).

Além disso, Mbembe se debruça sobre a ocupação colonial na modernidade tardia, sob o regime de apartheid, para elaborar sua concepção sobre o necropoder na construção de regimes de terror. Ele argumenta que é através do estado de sítio que se garante a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado, utilizando como exemplo os casos da África do Sul e da Palestina. O estado de sítio, enquanto instituição

militar, é crucial para efetivação do processo de dominação colonial ao passo em que anula as distinções entre o inimigo interno e o externo, de forma a situar as relações no espaço entre a vigilância e o controle e levando a cabo a militarização do cotidiano (Mbembe, 2017). Nesse sentido, o necropoder é definido como o funcionamento de uma formação específica do terror, marcada principalmente pela fragmentação territorial e proliferação dos espaços de violência (Mbembe, 2017). Assim, na necropolítica a soberania é exercida fundamentalmente através da capacidade de “*definir quem é ‘descartável’ e quem não é*” com base em um sistema de valoração essencialmente racista, como visto anteriormente (Mbembe, 2017, p. 33).

A proposição de mobilização da morte como centro da política abordada no conceito de necropolítica também levanta uma discussão interessante sobre as possibilidades de significação de resistência e limites do poder. Foucault retrata a inovação da lógica do biopoder em relação ao poder disciplinário da seguinte forma: “*Now it is over life, throughout its unfolding, that power establishes its domination; death is power's limit, the moment that escapes it; death becomes the most secret aspect of existence, the most 'private'.*” (Foucault, 1976, p. 138).

Essa percepção se diferencia da de Mbembe na medida em que situa a morte como o fim do poder, como o escape do domínio do biopoder, ao passo em que a necropolítica centra sua análise justamente na morte e na capacidade de fazer morrer. Considerando então esse contexto em que a morte é politizada ao ponto de se tornar ferramenta para ação do poder (ou necropoder, no caso), a decisão sobre o fazer morrer ganha uma dimensão ainda mais potente. É por meio desse paradigma que Mbembe analisa as interações entre morte e liberdade, profundamente reconfiguradas no contexto da necropolítica: aqui, o sacrifício e a preferência pela morte ganham a significação de resistência e retomada da liberdade. Essa abordagem é crucial para entender as possibilidades de politização do corpo e, no âmbito do estudo, compreender as motivações por trás da filiação a grupos terroristas.

### ***II. B. III Possibilidades de politização do corpo como alternativa***

Em seu ensaio sobre a necropolítica, Mbembe analisa as lógicas do martírio e da sobrevivência em meio a este desafio imposto pelo necropoder à forma tradicional de interação entre morte e liberdade. Ele argumenta que terror e morte são indissociáveis em

ambas as lógicas: “*terror e morte estão no coração de cada um*” (Mbembe, 2017, p. 48). É de particular interesse para o estudo a forma como ele mobiliza sua argumentação sobre o mártir, exemplificado pela figura do homem-bomba.

Utilizando seu próprio corpo como arma, o homem-bomba, símbolo máximo da atuação de grupos terroristas, associa homicídio e suicídio em um mesmo ato, de forma com que resistência e autodestruição se tornam sinônimos (Mbembe, 2017). Tomando para si a prerrogativa de definir a própria morte, é através dela, literal e metaforicamente, que o corpo pode escapar do estado de sítio e ocupação (Mbembe, 2017).

Para sustentar seu argumento, Mbembe evoca a defesa de dois outros autores: Martin Heidegger e Paul Giroy. Mbembe evoca o argumento de Heidegger que considera que a condição decisiva de toda liberdade humana verdadeira é o ser para morte, ou seja, que a liberdade de viver é condicionada pela liberdade de “*morrer a própria morte*” (Mbembe, 2017, p. 51). Nesse sentido, a preferência pela morte no homem-bomba é um reflexo de sua escolha pela natureza da liberdade.

De maneira similar, Mbembe evoca o argumento de Paul Giroy em “O Atlântico Negro” (2001) relacionado ao suicídio em massa ou individual de escravizados, no qual enfatiza que a morte, ao invés de se impor enquanto um limite à vida, é experimentada enquanto mediadora da redenção e libertadora do terror e da servidão (Mbembe, 2017). A morte, para ele, se torna um ato deliberado por ser o único espaço sob o qual o dominado pode exercer poder (Mbembe, 2017).

Sendo assim, a própria definição enquanto “grupo terrorista” pode ser compreendida como expressiva dessa lógica, mesmo na nomenclatura. Ao tomar para si a prerrogativa do terror do necropoder, estes grupos desafiam a classificação do sistema de necropolítica e a valoração racista embutida em sua hierarquização social. É em reação à necropolítica e à racialização de seus corpos como uma ameaça para o sistema que o advento da filiação a grupos terroristas ressignifica a nível pessoal e coletivo a experiência do terror do necropoder. Tomar para si o controle da morte, sua própria e dos demais, assim como sujeitar o corpo a possíveis violências extremas, acaba por ganhar a conotação de resistência à necropolítica na medida em que desloca o domínio sobre a morte do necropoder direto para a reconquista da liberdade sobre a própria morte dos terroristas. Nesse contexto, há não só a possibilidade de morrer, mas essencialmente a escolha por matar.

Em suma, ao passo em que a biopolítica faz da vida seu objeto de poder e atinge o máximo de controle sobre o corpo, a retomada de poder sobre o corpo, por meio do

extremismo e violência, pode ser interpretada como resistência, assim como o homem-bomba retoma seu poder ao escolher pela morte em um contexto de necropolítica.

Para avaliar a viabilidade dessa hipótese, o presente estudo utiliza como insumo a análise de relatos de ex-combatentes de grupos terroristas e de artigos abstratos sobre o tema para identificar se existem nas motivações da filiação elementos que possam ser associados a esse movimento de resposta e resistência ao bio e necropoder.

### **III. RESULTADOS**

#### **III. A. A estruturação do combate ao terrorismo no sistema ONU**

A fim de discutir os resultados encontrados nos textos selecionados, é essencial discutir brevemente a definição de terrorismo considerada neste estudo. Interessa entender a forma como o sistema internacional se organizou, no que tange à Organização das Nações Unidas, para combater o terrorismo a fim de compreender o conceito.

Em primeiro lugar, cabe destacar que essa concepção possui conotações profundamente políticas e ideológicas, dado que não há uma definição universal sobre o tópico. Sua primeira utilização se deu no contexto da Revolução Francesa, a fim de descrever o regime instituído pelos jacobinos, mas só foi utilizado como uma designação para movimentos antigovernistas em 1866 na Irlanda (Hodgson e Tadros, 2013). Hodgson e Tadros destacam o desafio de estabelecer esta definição sem fazer julgamentos políticos difíceis e contenciosos, na medida em que eles são pautados na própria concepção sobre a legitimidade dos atos de resistência política (Hodgson e Tadros, 2013). Ainda assim, eles destacam que a conceptualização legal de terrorismo possui essencialmente um fim condenatório, na medida em que visa destacar “*an importantly distinctive wrong that has wide-spread public recognition*” (Hodgson e Tadros, 2013, pg. 497).

Apesar dessa dificuldade, a Assembleia Geral da ONU ainda em 1972 reconheceu o terrorismo internacional, via Resolução 3034, como atos “que colocam em perigo ou matam vidas humanas inocentes ou que comprometem as liberdades fundamentais” (United Nations, 1972). Nessa mesma resolução, a organização constituiu um Comitê Internacional Ad Hoc sobre Terrorismo Internacional, que seria composto por 35 membros nomeados pelo Presidente da Assembleia Geral. Em 1997, a Resolução 51/210 constituiu um segundo Comitê ad hoc com o mesmo intuito, mas dessa vez aberto a representantes de todos os estados-membros e a integrantes das agências especializadas da ONU (United Nations, 1996).

A preocupação da Assembleia Geral com o tema e o trabalho desses comitês impulsionou a formulação das Convenções Internacionais de Nova York, voltadas para a supressão de: atentados terroristas com bombas (1997), financiamento do terrorismo (1998) e atos de terrorismo nuclear (2005). No entanto, a ausência de uma definição

internacional de caráter penal sobre o terrorismo direcionou a tipificação dos delitos às legislações nacionais dos países signatários (Casella, Accioly e Silva, 2025).

Outro esforço importante na consolidação da resposta da comunidade internacional ao terrorismo foi a criação do Comitê contra o Terrorismo (CCT) em 2001 por meio da Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), como resposta ao 11 de setembro (United Nations, 2001). A princípio, seu papel era monitorar a implementação das decisões previstas na própria Resolução 1373 pelos estados-membros do Conselho. Em 2004, o CCT ganhou robustez com a Resolução 1535, que definiu uma estrutura organizacional para o Comitê a fim de reforçar seu monitoramento e torná-lo mais perene (Casella, Accioly e Silva, 2025). Desde então, seu mandato é renovado periodicamente por resoluções do Conselho de Segurança, tendo sido a última em 2021, que estende as atividades do CCT até 31 de dezembro de 2025 (United Nations, 2021).

O Conselho de Segurança também produziu importantes resoluções que definem organizações, entidades e indivíduos como terroristas (os quais serão listados na próxima seção) com o fim de adotar medidas contra eles (Casella, Accioly e Silva, 2025). Essas resoluções alimentam a *United Nations Security Council Consolidated List*, a qual concentra todos os indivíduos e entidades que possuem sanções impostas pelo CSNU. Na última atualização da lista no site do CSNU até o momento, realizada no dia 06 de outubro de 2025, a lista continha 726 indivíduos e 274 entidades, dentre os quais estão os suspeitos ou acusados de envolvimento com organizações terroristas (Nações Unidas, s.d.). A inclusão ou retirada dos nomes da lista cabe ao CCT e, em última instância, ao CSNU (Casella, Accioly e Silva, 2025).

Dessa forma, para os fins desta pesquisa, compreende-se por grupo terrorista as organizações listadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em uma tentativa de fugir da instrumentalização do conceito de terrorismo e reduzir o impacto da intrínseca conotação ideológica e política que ele carrega.

### **III. B Grupos terroristas em questão**

A partir dessa contextualização, resta entender quais são os grupos terroristas definidos pelo Conselho de Segurança a serem monitorados pelo Comitê contra o Terrorismo (CCT). Nesse sentido, o CCT é responsável por supervisionar as medidas de

sanção impostas pelo Conselho em conformidade com as resoluções 1267 (1999), 1989 (2011) e 2253 (2015), relativas ao ISIS, à Al-Qaida e a indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades a eles associados (United Nations, 1999, 2011b e 2015). Além dessas, também está no escopo do Comitê as resoluções 2170 (2014), relativa à Frente Al-Nusrah, e 1988 (2011), relativa ao Talibã e a indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades a ele associados, os quais seriam “*uma ameaça à paz, estabilidade e segurança do Afeganistão*” (United Nations, 2011a e 2014).

O CCT prepara relatórios anuais de suas atividades, é composto pelos 15 membros do Conselho de Segurança e toma suas decisões de forma consensual. Ele recebe apoio do *Analytical Support and Sanctions Monitoring Team* em conformidade com as resoluções 1526 (2004) e 2253 (2015), relativas ao ISIS, à Al-Qaida e ao Talibã, bem como a indivíduos e entidades a eles associados (United Nations, 2004 e 2015). O *Monitoring Team* teve seu mandato prorrogado pela resolução 2734 (2024), até junho de 2027, para apoiar o Comitê em relação ao ISIS e à Al-Qaida, e pela resolução 2763 (2024), até fevereiro de 2026, para apoiar o Comitê em relação ao Talibã.

Entre as atividades no escopo do *Monitoring Team*, destaca-se a produção de relatórios periódicos sobre a natureza em transformação da ameaça representada pelos grupos já mencionados (ISIS, Al-Qaida, ANF e Talibã), como também pelo Boko Haram (S/RES/2734, 2024). A Equipe também elabora recomendações sobre as melhores medidas para enfrentá-los. Cabe, então, compreender o perfil de cada um desses grupos em questão e sua lógica de funcionamento e recrutamento a fim de entender o processo de filiação e as possíveis motivações por trás dessa escolha.

### ***III. B. I Al-Qaida e Frente Al-Nusrah***

Do árabe “a base”, as origens da Al-Qaida podem ser traçadas no início da década de 80, logo após a invasão soviética do Afeganistão em 1979, quando milhares de muçulmanos migraram para o país para combater a ocupação do território afegão (Cragin, 2008). Osama bin Laden, principal líder do grupo, fazia parte de uma das famílias mais ricas da África Saudita e fundou em parceria com Abdullah Azzam o “Maktab al-Khidamat (MAK)”, um polo recrutador de muçulmanos não-afegãos para a luta no país, iniciando um longo período em defesa da *jihad* afegã, do qual bin Laden era importante financiador (Cragin, 2008). Azzam, por sua vez, era um acadêmico islâmico e exerceu

um papel fundamental para defesa da mobilização em pró da jihad afgã por todos os muçulmanos, independentemente de sua nacionalidade, ao publicar seu trabalho “Defence of Muslim Lands” (Cragin, 2008). De forma concomitante à mobilização interna do que viriam a ser as origens da Al-Qaida, é essencial situar o combate às tropas soviéticas no contexto da Guerra Fria, considerando que os Estados Unidos foi responsável pela mobilização e financiamento de diversos grupos jihadistas, em particular os Mujahideen originários do Paquistão (Harshe, 2008). Como subproduto do propósito de expulsar a presença comunista da região, esse processo fortaleceu e rendeu legitimidade ao extremismo religioso traduzido pelo ideal jihadista desses grupos (Harshe, 2008).

Além disso, o lançamento da revista “Al-Jihad” em dezembro de 1984 também foi importante contribuinte para angariar apoio para a causa jihadista, sendo um dos principais meios de comunicação entre os ideais de Azzam e bin Laden com o público geral (Cragin, 2008). Inclusive, é nesta plataforma que o argumento em pró da expansão da jihad para além do combate no Afeganistão passa a ser consolidado como uma necessidade para o movimento islâmico (Cragin, 2008).

Após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em 1989, a Guerra do Golfo desponta como o próximo evento a concentrar a mobilização de combatentes árabes em torno da liderança de Osama bin Laden. A invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990 e, especialmente, o envolvimento ativo dos Estados Unidos no conflito, foi chave para a radicalização da Al-Qaida, que até então ainda não havia definido um caminho de atuação pós-Afeganistão. O secularismo norte-americano passa a se tornar um dos principais inimigos da organização. Outro fator relevante durante esse processo foi a frustração de bin Laden frente ao pedido de proteção que a Arábia Saudita fez aos EUA, visto que ele havia inclusive oferecido apoio militar de seus soldados no contexto do conflito (Cragin, 2008). Essa sua oferta, na verdade, culminou na ordem do Sultão por sua detenção em regime domiciliar (Cragin, 2008).

Em 1991, bin Laden parte para o Sudão com parte de seus combatentes e consolida o país como base oficial da Al-Qaida, sendo o ponto de envio de combatentes para diferentes conflitos na região do Norte da África e Oriente Médio (Cragin, 2008). O grupo ganha capilaridade e dimensão nesse período, organizando-se com base em um treinamento dos combatentes que continha aspectos tanto militares quanto religiosos a fim de transmitir a visão de mundo islâmica particular da organização (Cragin, 2008).

Após o exponencial tensionamento das relações com os Estados Unidos referente à presença crescente do país na região, envolvendo-se em múltiplos conflitos, como na Somália, Bin Laden lança em 1996 a Declaração de Jihad, um marco para a organização transnacional da Al-Qaida (Cragin, 2008). Nessa declaração, o líder da Al-Qaida evoca múltiplos trechos religiosos em prol da defesa da jihad e ressalta os Estados Unidos como um ator imperialista responsável por múltiplos massacres no mundo árabe, convocando todos os muçulmanos a se unirem na luta contra Israel e os EUA (Cragin, 2008).

Em 1998 ocorrem os primeiros atentados do grupo terrorista contra os norte-americanos: os ataques às embaixadas no Quênia e na Tanzânia que mataram mais de duas mil pessoas. Em seguida, o grupo se tornou um dos principais alvos da Guerra ao Terror dos Estados Unidos durante o Governo Bush após assumir a autoria dos atentados de 11 de setembro de 2001, evento que levou ao estopim para o início imediato da Guerra do Afeganistão (2001) e, posteriormente, do Iraque (2003) (Gershkoff e Kushner, 2005).

Em relação às formas de recrutamento da Al-Qaida, cabe destacar que em suas origens esse processo se dava de forma próxima às lideranças, que avaliavam os filiados antes de sua participação oficial nos treinamentos da organização (Singer e Brooking, 2019). No entanto, com o crescimento do grupo em direção a uma organização global, a filiação passou a ser aberta para basicamente qualquer pessoa, independente de qual fosse sua etnia ou nacionalidade (Lia, 2008). Além disso, o contínuo sucesso de recrutamento da Al-Qaida se deu tanto pela relevância da mensagem simples e popular do grupo no mundo islâmico, quanto pela imagem imponente da organização como um dos principais grupos terroristas no mundo (Lia, 2008).

Entre as organizações paralelas à Al-Qaida e ligadas a ela, a Frente Al-Nusrah (ANF) teve sua aparição anunciada via Internet por membros do grupo no início de 2012, logo após o início da Guerra Civil Síria (BBC, 2016). Em 2016 o líder do grupo, Abu Mohammed al-Jawlani, anunciou que a Frente passaria a se intitular “Jabhat Fateh al-Sham” (Front for the Conquest of the Levant) após o rompimento da aliança com a Al-Qaida, com o intuito de angariar apoio de outros grupos islâmicos atuantes no país e supostamente evitar que os EUA e a Rússia utilizassem o grupo como pretexto para bombardear a Síria (BBC, 2016). A ANF chamou a atenção internacional após executar ataques suicidas sofisticados em alvos do governo sírio em Damasco, tornando-se um dos grupos com mais ataques rebeldes bem-sucedidos em meio ao conflito sírio (Alaaldin, 2013). Em 2014, a resolução 2170 do Conselho de Segurança incluiu a Frente entre os grupos sob vigilância do *Monitoring Team*.

### **III. B. II Estado Islâmico**

Oficialmente criado em 2013, o Estado Islâmico passou a receber atenção pública já em 2014, quando tomou controle de Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, como resultado de suas crescentes ofensivas militares no país e na Síria (Mueller e Stewart, 2016). O grupo passou então a atribuir à conquista o estabelecimento de um novo califado<sup>1</sup>, que representaria a base do novo Estado islâmico e para o qual todos os muçulmanos deveriam migrar (Yosufi, 2014). Durante seu auge, o ISIS dominou territorialmente cerca de um terço da Síria e 40% do Iraque (Glenn et al, 2019).

Intitulado inicialmente como ISIS (*Islamic State in Iraq and Syria*) ou ISIL (*Islamic State in Iraq and al-Sham*), com as pretensões de expansionismo do grupo ele passou a se autodenominar como apenas Estado Islâmico. Também é conhecido como Daesh, termo popular no Oriente Médio e oriundo das siglas do nome do grupo em árabe, o qual tem sido utilizado como meio de desafiar a legitimidade da organização em intitular-se como um Estado (Irshaid, 2015). As origens do grupo se situam no contexto histórico e geopolítico particular do Oriente Médio considerando os desdobramentos da Guerra do Iraque, as turbulências geradas pela Primavera Árabe e, principalmente, a Guerra Civil Síria (Oosterveld et al, 2017).

Em primeiro lugar, destaca-se o papel de Abu Mus'ab al-Zarqawi para a consolidação dos grupos radicais anteriores ao ISIS que viriam a ser seus “pais ideológicos” (Hoffman e Zeidel, 2021). Zarqawi foi um dos radicais que esteve com bin Laden no Afeganistão, além de ter participado com ele em parte dos treinamentos da Al-Qaida antes de partir para o Iraque em 1999 para fundar o Jama'at Tawhid Wal Jihad (*Group of Unity and Jihad*), que se transformou na Al-Qaida no Iraque (AQI) em 2004 (Yosufi, 2016). A AQI perdeu relevância em 2007 com o aumento das tropas norte-americanas em território iraquiano, mas voltou a ressurgir com o aumento da instabilidade na região entre o Iraque e a Síria até assumir a forma do ISIS em 2013 (Glenn et al, 2019).

Além disso, assim como a origem da Al-Qaida esteve ligada ao combate aos soviéticos no Afeganistão, a origem do Estado Islâmico também pode ser associada à intervenção dos EUA no Iraque em 2003 (Yosufi, 2016). Isso porque ela deu a Zarqawi

---

<sup>1</sup> Califado é um sistema de governo voltado para muçulmanos e liderado por um califa, que seria o sucessor político e religioso do Profeta Maomé (Afsaruddin, 2025).

a oportunidade de liderar uma insurgência de grande escala contra a invasão externa, especialmente na medida em que o conflito com os norte-americanos gerava destruição e deslocamentos massivos de civis nas cidades iraquianas (Yosufi, 2016). Esses fatores contribuíram para a legitimação e radicalização da causa jihadista na época.

Outro fator que merece atenção particular para a compreensão das origens do ISIS e que surge como consequência da intervenção dos Estados Unidos é o acentuamento das tensões já existentes entre sunitas e xiitas<sup>2</sup> no mundo islâmico, em particular considerando o caso do Iraque. Isso porque a *Coalition Provisional Authority* (CPA) estabelecida pelos EUA mediante a intervenção decidiu não só extinguir o Partido Ba’ath do país (grupo autoritário que controlou o Estado por mais de 35 anos), como também perseguir quaisquer ligações individuais a ele, além de dissolver as forças militares iraquianas (Yosufi, 2016; Oosterveld et al, 2017). A caçada contra o Ba’ath é uma das principais raízes para os conflitos sectários de 2006 e 2007 no Iraque, além de ter afetado os sunitas quase que exclusivamente (Oosterveld et al, 2017). O resultado mais imediato das ações da CPA foi o fortalecimento dos grupos insurgentes movidos pela revolta com esse processo, angariando força tanto dos sunitas que se sentiam discriminados, quanto dos mais de 230 mil soldados iraquianos que de repente estavam desempregados (Yosufi, 2016; Oosterveld et al, 2017). A AQI aproveitou a oportunidade na época para lançar uma campanha agressiva em favor do recrutamento de ba’athistas e ex-soldados para sua insurgência (Yosufi, 2016).

Por fim, a escalada de tensões em meio à Primavera Árabe e a subsequente Guerra Civil Síria foi fundamental para fortalecer o grupo (Oosterveld et al, 2017). Por um lado, a ascensão da organização foi resultado de uma estratégia deliberada por parte do regime de Bashar Al-Assad para fomentar a divisão entre seus oponentes e garantir que seus principais inimigos fossem “extremistas islâmicos”, o que aumentaria a legitimidade de sua posição e as chances de sobrevivência de seu governo (Oosterveld et al, 2017, p. 7). Por outro, o ISIS conseguiu aproveitar bem o estímulo à essa divisão, fazendo-se valer principalmente das tensões já existentes na Síria entre a maioria sunita e a minoria xiita que controlava o país para expandir seu território e captar novos recrutas (Oosterveld et al, 2017). Destaca-se também o impacto que as sanções impostas à Al-Assad por países

---

<sup>2</sup> Os sunitas, cerca de 85% dos muçulmanos, acreditam que os califas devem ser escolhidos pela elite da comunidade, enquanto os xiitas reivindicam a liderança para os descendentes de Ali, genro do Profeta Maomé. (BBC, 2020).

ocidentais tiveram no fortalecimento da oposição ao regime, principalmente dos grupos terroristas atuantes na região (Oosterveld et al, 2017).

Como resultado desse processo todo, a atuação do grupo gerou uma das maiores crises humanitárias e de refugiados desde a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, segundo Abdul Yosufi (2016). Além disso, o modelo de operação agressivo do grupo tornou-se referência global para outras organizações terroristas ou criminosas e tornou-o discutivelmente mais relevante e mais mortal em número de vítimas que a Al-Qaida, até então a principal organização terrorista global (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022). Foi sob esse contexto que o Conselho de Segurança chamou o ISIS de uma “ameaça global e sem precedentes para a segurança e paz internacionais” (United Nations, 2015).

O “ISIS-model” de atuação terrorista que se tornou referência global é descrito por Cengiz, Karademir e Cinoglu (2022) como um modelo único que torna o grupo capaz de:

Control territory, expand its ideology, create provincial franchises with its name, inspire homegrown extremists and lone actors, carry out lethal attacks, use media and social media to its advantage, and generate revenue from various sources. (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022, p. 16)

Como a análise extensiva desse modelo não é o foco deste trabalho, cabe destacar dois pontos principais: a utilização das mídias e redes sociais pelo grupo e a capacidade de inspirar ações extremistas de “lone actors”.

Em relação às redes sociais, Cengiz, Karademir e Cinoglu (2022) esclarecem que os grupos terroristas as utilizam para alcançar novas audiências, facilitar a radicalização e recrutamento e propagar a expansão de ações hostis e violentas (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022). Sob essa perspectiva, o uso das redes sociais pelo ISIS como meio de recrutamento garantiu ao grupo a filiação de mais de 30 mil pessoas de aproximadamente 110 países ao redor do mundo (Singer e Brooking, 2019; Ward, 2018). Inclusive, estima-se que a organização controlou cerca de 46 mil contas apenas no Twitter até o final de 2014 (Berger e Morgan, 2015). Além disso, de forma similar à Al-Jihad dos fundadores da Al-Qaida, o ISIS lançou a revista Dabiq em junho de 2014, a qual também servia como meio de propaganda e transmissão dos princípios do grupo na mídia (Azman, 2016).

Assim, na medida em que a realização de ataques terroristas é o meio pelo qual os grupos terroristas chamam atenção para si, a publicização destes atos possui um importante papel de expandir seu alcance, o que é fundamental na tentativa dos grupos de

ganhar respeito e legitimidade como organização (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022). Nesse sentido, o ISIS fez com que a viralização online fosse sua maior arma (Singer e Brooking, 2019). A execução de inimigos e reféns era cuidadosamente coreografada para publicação na internet ou mesmo para transmissão ao vivo, com o intuito de chocar e atrair o olhar da mídia (Singer e Brooking, 2019). Esse modelo de execução performática, especialmente no que tange à decapitação das vítimas, serviu de modelo para outras organizações terroristas chamarem a atenção para seus atos via internet (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022).

A nova possibilidade de alcance de recrutas online também é fator fundamental para compreensão dos “lone actors”. Esses são indivíduos que cometem ataques terroristas por conta própria após serem inspirados e motivados ideologicamente por grupos aos quais eles não necessariamente respondem à liderança (Cengiz, Karademir e Cinoglu, 2022). Também existem aqueles que aderem a esses grupos e cometem sozinhos os atentados em seus países de origem ao receber instruções via internet (Singer e Brooking, 2019).

### ***III. B. III Boko Haram***

Originado em 2002, o Boko Haram é um grupo terrorista nascido no Nordeste da Nigéria, na cidade de Maiduguri (Thurston, 2018). Esse nome provém da junção de termos do árabe e do hauçá (língua chácica popular no norte da Nigéria) e se traduz literalmente como “*Western education is forbidden*” (Agbiboa, 2013). No entanto, os membros da organização rejeitam esse significado por acreditarem que a tradução mais adequada seria “*Western culture is forbidden*”, visando destacar a supremacia da cultura islâmica como um todo (Agbiboa, 2013). De todo modo, o nome oficial do grupo é *Jama’atul Alhul Sunnah Lidda’wati wal Jihad* (“*People Committed to the Propagation of the Prophet’s Teachings and Jihad*”) (US Department of State, 2012).

O grupo angariou forças a partir da crença de que a educação ocidental fazia parte de “*a larger, evil system*” de instituições anti-islâmicas, o qual incluiria a democracia, o constitucionalismo e os governos seculares (Thurston, 2018, p.2). Nesse sentido, seu principal objetivo seria a islamização do Estado nigeriano e a instalação de um governo baseado na sharia (lei islâmica) (Nwankpa, 2020). Mohammed Yusuf, fundador e líder

do Boko Haram até 2009, quando foi assassinado pelas forças nigerianas, foi treinado no radicalismo Salafista<sup>3</sup>, mesma base ideológica da Al-Qaida e do ISIS (Agbibo, 2013).

Ainda assim, a priori, o Boko Haram possuía o caráter de ser um movimento social que emergiu em meio à crise de desenvolvimento na Nigéria, similar a outros presentes no país, diferenciando-se por sua natureza religiosa e fundamentalista (Nwankpa, 2020). Considerando esse contexto, muitos dos integrantes do grupo foram motivados por uma frustração socioeconômica e política crescente na sociedade nigeriana, a qual seria um pano de fundo para a guerra religiosa pautada pela jihad (Agbibo, 2013, Nwankpa, 2020). Ainda nessa linha, o uso abusivo da força pelo Estado nigeriano e sua crise de governança interna também alimentaram as insurgências pelo país (Nwankpa, 2020). Ou seja, apesar da base ideológica do grupo ser amplamente pautada pela religião, não é menos importante o contexto socioeconômico que possibilitou a formação de sua insurgência, como afirma Nwankpa:

Boko Haram's terrorism is, besides its ideological drive to reform the Islamic practices in Nigeria, much more likely the result of the interaction of situational (e.g., poverty) and behavioral (e.g., heavy-handed state security practices) conditions (Nwankpa, 2020, p. 51)

Assim, alimentado conjunturalmente pela crise política e socioeconômica e ideologicamente pelo salafismo, o grupo colocava-se como inimigo direto do Estado. O primeiro conflito entre a organização e as forças nigerianas foi no contexto da imposição de uma lei nacional que obrigava o uso de capacetes em motociclistas, a qual foi rejeitada pelos membros do Boko Haram (Agbibo, 2013). A consequência foi a eclosão de uma série de confrontos violentos que resultaram na morte de diversos membros do grupo e das forças estatais, com destaque à captura e assassinato de Yusuf, fator crucial para radicalização violenta do Boko Haram (Agbibo, 2013).

O grupo inicialmente focou seus ataques contra o aparato de segurança nigeriano, os quais ultrapassaram uma centena em 2012, seja contra policiais ou militares (Nwankpa, 2020). Em 2011, inclusive, os membros da organização chegaram a bombardear a sede da polícia nigeriana e das Nações Unidas no país (Agbibo, 2013). No entanto, de 2013 a 2015 os ataques do Boko Haram se tornaram mais indiscriminados, expandindo o foco para espaços públicos e a população civil (Nwankpa, 2020). Isso porque foi nesse

---

<sup>3</sup> Salafismo é um movimento fundamentalista ultra-conservador que visa retomar as práticas e crenças das primeiras gerações de muçulmanos (os *salafis*) (Olidort, 2015).

momento que o grupo passou a controlar territórios no nordeste nigeriano, fase em que passou a obrigar a população a aderir aos princípios do grupo ou sofrer com retaliações violentas (Thurston, 2018). Entre os ataques com maior repercussão internacional, destacam-se os sequestros de ônibus com crianças em idade escolar: 276 meninas em 2014 e 108 em 2018 (Nwankpa, 2020).

Já em relação às origens de seus integrantes, a maioria é da Nigéria e dos demais países da região do Sahel, como Chade, Níger, Mali, e Camarões, uma vez que o Boko Haram obteve menos sucesso que o ISIS em relação à atração de membros oriundos de países ocidentais, considerando a relevância do contexto local na insurgência do grupo (Nwankpa, 2020).

Além de dividir a mesma base ideológica da Al-Qaida e do ISIS, cabe entender os demais níveis de aproximação do Boko Haram com estes outros grupos terroristas. Apesar de ainda existirem divergências na literatura, Zenn argumenta que a Al-Qaida foi fundamental para a origem do Boko Haram, sendo responsável por enviar parte de seus líderes para passar adiante os treinamentos do grupo e mesmo por financiar a insurgência jihadista (Zenn, 2017). Zenn também atribui a utilização exponente de ataques suicidas pelo grupo como reflexo dessa influência da Al-Qaida, que teria ensinado o método para o Boko Haram (Zenn, 2017).

Além disso, em março de 2015 o grupo declarou sua afiliação ao Estado Islâmico, alterando seu nome para “*Islamic State West Africa Province*” (ISWAP) (Barkindo, 2016). O líder do grupo, Abubakar Shekau, tomou essa decisão após sofrer perdas significativas dos territórios controlados para as forças nigerianas, quando precisou intensificar sua atividade terrorista e retornar ao modelo de clandestinidade (Thurston, 2018). No entanto, esse movimento intensificou as dissidências já existentes dentro do Boko Haram, movidas principalmente pelas discordâncias em relação ao uso de violência contra civis muçulmanos da liderança de Shekau (Thurston, 2018). Essas alas divergentes pretendiam retomar o foco das ações contra o Estado e os cristãos, além de reduzir a insularidade do grupo (Thurston, 2018). A filiação ao ISIS também gerou uma resposta da segurança nigeriana, que intensificou sua ofensiva contraterrorista, retomando a maior parte dos territórios sob controle do grupo e destruindo suas fábricas de armamento (Barkindo, 2016).

#### **IV. ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES COLETADAS PELA PLANILHA**

Essa seção se dedicará à análise das motivações para engajamento em atividades terroristas a partir das fontes consultadas. A primeira seção tem como base artigos que trazem os relatos de combatentes dos grupos terroristas, extraídos por entrevistas, simbolizando um total de 11 artigos. A segunda seção se dedica aos textos selecionados na bibliografia que refletem sobre motivações para filiação a grupos terroristas, que totalizam 17 artigos, expressam diferentes teorias sobre os fatores de mobilização individual.

Os grupos terroristas mencionados nas entrevistas foram o ISIS (10 artigos), a Al-Qaida (6 artigos) e a Frente Al-Nusrah (5 artigos). Apesar de parte dos artigos teorizar sobre as motivações por trás da filiação terrorista de forma mais abstrata, por vezes foram mencionados os grupos de interesse do estudo, ISIS (9 artigos) e Al-Qaida (6 artigos), assim como outros grupos que não estão no escopo desta análise: Hamas (1 artigo), Al-Muhajiroun (1 artigo) e Talibã (1 artigo). Algumas observações gerais sobre os dois conjuntos de artigos podem ser apontadas.

Em primeiro lugar, o número reduzido de estudos acadêmicos com base em relatos ou entrevistas reflete a dificuldade da academia de entrar em contato com esses indivíduos, devido à própria dinâmica anti-sistema de grupos extremistas, que limita as interações de seus membros com a imprensa e pesquisadores. Para além disso, é complexo o processo de conseguir fazer com que ex-membros aceitem fazer entrevistas, pois muitos temem retaliações do grupo do qual faziam parte.

Em segundo lugar, deve-se apontar como potencial limitação a origem dos autores, que são majoritariamente da América do Norte e da Europa, seja pela concentração da pesquisa sobre o tema ter se dado nessas regiões ou pela limitação de busca por conta dos idiomas. Os entrevistados, por outro lado, possuem um perfil mais diverso: dentre os relatos, existem indivíduos do Canadá, Dinamarca, EUA, França, Índia, Iraque, Kuwait, Países Baixos, Reino Unido e Síria, além de países não identificados do Magreb, Oriente Médio, Ásia e antigas repúblicas soviéticas. Além disso, um dos artigos contém entrevistas com indivíduos Bidoon (o termo significa “sem nacionalidade” em árabe), em referência a um grupo de minorias árabes apátridas presente no Kuwait, classificados como residentes ilegais pelo Estado kuwaitiano (UK Government, 2024).

Em terceiro lugar, note-se ainda que os textos que discutem de forma mais abstrata, apesar de não serem baseados em relatos ou entrevistas com ex-membros dos grupos, alguns são baseados em estudos de caso de países específicos: no caso, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, França, Reino Unido, Rússia e Tunísia. Benmelech e Klor (2018) realizaram um estudo sobre os países de origem dos *foreign fighters*, sendo eles: Afeganistão, África do Sul, Albânia, Alemanha, Argélia, Argentina, Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia, Brasil, Camboja, Canadá, Cazaquistão, China, Dinamarca, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Jordânia, Kosovo, Kuwait, Líbano, Líbia, Madagascar, Macedônia, Malásia, Maldivas, Marrocos, Moldávia, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Filipinas, Portugal, Catar, Quênia, Rússia, Sérvia, Singapura, Somália, Sudão, Suécia, Suíça, Tajiquistão, Tunísia, Turcomenistão, Turquia e Trinidad e Tobago.

Seja como for, e com foco no estudo proposto por este trabalho, pode-se dizer que é possível dividir as motivações encontradas nas análises dos artigos em 6 categorias:

- I. religião;
- II. razões econômicas, como busca por emprego;
- III. vivência integral da identidade islâmica;
- IV. busca por significação pessoal;
- V. ativismo contra conflitos nas regiões de interesse (majoritariamente no Oriente Médio);
- VI. reação à xenofobia/islamofobia.

Os parâmetros de identificação de motivações associadas à resistência à necropolítica foram definidos na planilha de controle como aqueles que estivessem associados aos pontos V (ativismo contra os conflitos nas regiões de interesse) e VI (reação à xenofobia/islamofobia). Deve-se notar, no entanto, que, em relação às motivações, de forma geral, é possível compreender que essas motivações são frequentemente sobrepostas e interligadas, considerando a complexidade da decisão de engajamento terrorista.

#### **IV. A Motivações encontradas em relatos obtidos por entrevistas**

A motivação mais recorrente nos relatos foi a **religião**, mencionada invariavelmente em todos os artigos, apesar de sua relevância ter recebido níveis de importância variados. Ainda assim, Dawson e Amarasingam (2017) afirmam que, apesar das justificativas encontradas em seu estudo serem menos explicitamente políticas do que morais ou religiosas, a diferenciação entre essas nuances não é muito separada na mente dos indivíduos analisados (Dawson e Amarasingam, 2017). Levando em consideração que a bibliografia sobre terrorismo é fortemente centrada em torno dos estudos sobre grupos jihadistas, a devoção à religião e em suas vertentes mais conservadoras recebe atenção particular como a motivação mais imediata do chamado para ação terrorista. Afinal, esses grupos não apenas proclamam agir em prol da religião, como também utilizam muitos de seus princípios para legitimar o recrutamento em larga escala, como expressa um ex-integrante: "*religion says that it is an obligatory duty to fight jihad and protect Muslim lands from transgressors.*" (Storm *apud* Bonino, 2016, p. 56). Destaca-se também que para parte significativa dos entrevistados esse processo de radicalização através da religião iniciou-se ainda na adolescência (Dawson e Amarasingam, 2017; Botha, 2015).

Um ponto importante para a análise é a diferença nas motivações de membros oriundos de zonas de conflito e os *foreign fighters*, migrantes de países ocidentais para os territórios de atuação dos grupos terroristas listados. Nesse contexto, destaca-se a oportunidade de viver uma **identidade integralmente islâmica**. Speckhard e Ellenberg (2020) demonstram que enquanto os estrangeiros são impulsionados principalmente por "*a desire to bolster their Islamic identities which are often under attack by Islamophobic sectors of society, as well as the desire to help the greater Muslim community*", aqueles que vivem nas regiões de conflito são motivados principalmente por questões econômicas (Speckhard e Ellenberg, 2020, p. 101). Em Speckhard e Yayla (2015), a fala de um dos entrevistados de origem síria exemplifica bem os incentivos econômicos por trás da escolha de integrar o ISIS:

If you fight for them, they pay two hundred US dollars per month, and also supply all your needs. So, you do not need to spend any money. Two hundred dollars is a lot more than a high-ranking judge can make in Syria today and equals to over sixty thousand Syrian pounds. (Entrevistado Não-Identificado *apud* Speckhard e Yayla, 2015)

Além da relevância de eventuais **incentivos econômicos**, a **marginalização social** não foi diretamente mencionada pelos entrevistados como uma motivação

primária, mas Scull, Alkhadher e Alawadi (2020) destacaram que seus entrevistados compartilhavam características demográficas que provavelmente aumentaram sua vulnerabilidade ao recrutamento, como pode se perceber na fala deste indivíduo:

People who are very frustrated about the miserable life they are living, like the Bidoon in Kuwait, they believe that the Islamic State will give them their rights... there were some Hadhar [people from urban areas in Kuwait]... but the majority [who participated in jihad], around 90%, were Bidoons (Entrevistado Não-Identificado *apud* Scull, Alkhadher e Alawadi, 2020, p. 242)

Já Sheikh (2016) contribui para o argumento sobre as motivações dos *foreign fighters* em sua pesquisa com combatentes oriundos da Dinamarca, demonstrando que a mobilização não é pautada primariamente por fatores *push*, que levam a pessoa a sair de seu território de origem, como marginalização social ou estigmatização política, mas sim conceitos como orgulho, revanchismo e a própria ideia de Estado (no caso, um Estado islâmico), explicitados na citação de um dos entrevistados (Sheikh, 2016):

Western media don't understand our love to the state. (...) All Muslims wish to emigrate to the state, because it is their home, and they can live in this state without fearing that the enemy with make problems for them or disturb them from worshipping Allah, may piece be upon him. (Entrevistado Não-Identificado *apud* Sheikh, 2016, p. 63)

Outra motivação relevante encontrada nos artigos foi em relação a um processo de **ativismo** contra a série histórica de conflitos **no Oriente Médio e a percepção** da necessidade **de defesa do Islã**. Scull, Alkhadher e Alawadi (2020) destacam que os entrevistados percebiam quatro grupos como uma ameaça para o Islã, o que os tornaria alvos legítimos: países ocidentais, especialmente os EUA; apoiadores desses países, como o Estado do Kuwait; não muçulmanos e xiitas (Scull, Alkhadher e Alawadi, 2020). Nesse sentido, os autores explicam que o aumento dos conflitos militares no Oriente Médio, especialmente das guerras no Afeganistão e Iraque, alimentou a visão de que o Islã estava sendo atacado pelos EUA e seus aliados e que os muçulmanos possuíam uma obrigação religiosa de defendê-lo (Scull, Alkhadher e Alawadi, 2020). Essa visão encontra repercussão no que Sheikh (2016) chamou de “*activist foreign policy*”, na medida em que os entrevistados geralmente enxergavam os grupos terroristas como atores para restaurar “*the pride of the Muslims through military success and by seizing territory that is believed to be “Muslim land” and have been “taken away from the Muslims.”*” (Sheikh, 2016, p. 65). Esse processo seria fruto da percepção de fraternidade islâmica contra a dominação

ocidental, explorada pelos grupos terroristas de forma a angariar apoio. Nesse sentido, essa motivação não seria inspirada por alguma falta de perspectiva de vida, mas sim pela necessidade de se aliar na luta contra injustiças contra muçulmanos nas zonas de conflito e por um sentimento de anti-imperialismo (Dawson e Amarasingam, 2017; Lindemann, 2018). Lindemann (2018) também traz destaque à ativação de uma “*comunidade emocional*” para jihadistas ao assistirem imagens de tortura, repressão e abuso de poder por parte dos regimes apoiados pelos países ocidentais (Lindemann, 2018, p. 938). Um dos entrevistados, inclusive, mencionou o caso de Abu Ghraib, prisão em que presos iraquianos eram abusados e torturados pelos soldados americanos, como um incidente que teve um grande efeito na sua decisão de se filiar à Al-Qaida (Scull, Alkhadher e Alawadi, 2020).

Em relação à **reação contra xenofobia e islamofobia**, uma das principais contribuições vêm de Lindemann (2018). O autor analisou entrevistas realizadas com terroristas de origem francesa através da perspectiva da falta de reconhecimento de sua agência, de forma com que a radicalização seria fruto da frustração relativa experienciada por esses indivíduos devido à negação de sua habilidade de contribuir como um ator, seja na sociedade nacional ou internacional (Lindemann, 2018). O autor ressalta a sensação entre os entrevistados de continuarem a viver um estado de colonização na França, em referência ao processo de dominação francesa de países do Magreb e interferência política na região do Oriente Médio, e de que são discriminados por conta disso no país (Lindemann, 2018).

Essa percepção de discriminação encontra repercussão em diversas falas de terroristas, como nessa de um membro canadense do ISIS publicada na internet: “*Your people will be indiscriminately targeted as you indiscriminately target our people*”, ou na citação de um dos responsáveis pelos ataques suicidas de Londres de 2005, em que homens-bomba explodiram em 4 pontos da cidade: “*Until we feel safe, you will be our targets. And until you stop the bombing, gassing, imprisonment and torture of my people we will not stop this fight*” ( Dawson, Amarasingam e Bain, 2016, p. 5; Lindemann, 2018, p. 940).

Apesar disso, Lindemann (2018) dá destaque à rejeição dos entrevistados aos discursos sociológicos sobre sua estigmatização na sociedade francesa, por conta da percepção de que eles seriam infantilizados através disso. Sob esse ponto de vista, o principal objetivo desses indivíduos seria o aceite de sua soberania, lucidez e livre arbítrio

em seu engajamento político ao invés de um enquadramento enquanto vítima, que seria um fator limitante para expressão de sua agência (Lindemann, 2018).

Por fim, também vale destacar a motivação pela **busca de significação pessoal**, alimentada por um lado pela falta de perspectiva vivida pelos indivíduos entrevistados e, por outro, pela idealização da experiência de martirização. Nesse contexto, a busca por um significado maior para suas vidas é fonte de grande inspiração para esses indivíduos, especialmente considerando o contexto religioso em que a meta seria alcançar o paraíso (Dawson e Amarasingam, 2017). A fala de um dos entrevistados representa essa idealização: “*There is no death equivalent to the death of a martyr*” (Entrevistado Não-Identificado *apud* Dawson, Amarasingam e Bain, 2016, p. 35). Além disso, parte dos entrevistados compartilhou viver uma crise de identidade prévia à sua filiação, que teria sido solucionada pelo encontro com os princípios terroristas:

A kid with an identity crisis, who feels shame and guilt (...) suddenly meets these people who were, to me, the embodiment of everything that I was seeking: militant, religious, and accepted by the people. (...) I had gone all the way there after a personal and psychological turmoil and, then, found myself standing in front of these people, who were exactly who I was supposed to be. (Shaikh *apud* Bonino, 2016, p. 62)

#### **IV. B Motivações encontradas em artigos teóricos**

A percepção de uma perda de significância social ou de uma injustiça coletiva foi citada múltiplas vezes durante os artigos analisados. Essa causa pode se ligar tanto à categoria IV (**busca pela significação pessoal**) quanto às consideradas como resistência ao bio ou necropoder (categorias V - **ativismo contra conflitos** e VI - **reação à xenofobia/islamofobia**). Sobre esse ponto, Schils e Pauwels (2016) argumentam que os indivíduos confrontados com essas percepções podem se sentir alienados da sociedade e sofrer com o sentimento de não pertencimento. Nesse sentido, eles explicam que:

Perceived injustice and social integration can be seen as important factors that indirectly bring about political/religious violence by influencing violent extremist moral beliefs and evoking active exposure to violent extremist moral settings (Schils e Pauwels, 2016, p. 89)

Além disso, Kruglanski et al (2014) explicitam que a **islamofobia** pode ser entendida como uma motivação para a percepção de perda de significância social, devido à compreensão de que existe uma falta de respeito com a identidade islâmica. Os autores

argumentam, então, que a ideologia ganha papel chave no processo de radicalização ao identificar a atividade radical, seja um ato violento ou terrorista, como a forma de recuperar essa significação social perdida (Kruglanski et al, 2014). Nesse sentido, a mobilização terrorista passa a ser viável mediante ao acionamento dessa percepção de injustiça coletiva, como fica visível no trecho abaixo:

Having one's collective identity activated may not only result in a sense of empowerment and a reduced fear of death but also in greater readiness to undertake risks and sacrifices on behalf of one's group (Kruglanski et al, 2014, p. 83).

Quanto à esfera individual da **busca pela significação pessoal**, Kruglanski et al (2018) a definem como o desejo humano inato de ter importância e significado em sua vida (Kruglanski et al, 2018). Sob essa perspectiva, nos casos em que esse desejo não é satisfeito, os indivíduos podem enxergar o uso da violência como o meio para conquistar essa significação, visto que esse tipo de ação chama mais atenção para uma causa (Kruglanski et al, 2018). Ou seja, “*violent actions are almost sure to make one feel noticed and agentic immediately, two factors that are likely to appeal to someone who feels ignored and powerless*” (Kruglanski et al, 2018, pg. 8).

Uma teoria relacionada à perda de significação social é a da privação relativa, na qual prevalece a percepção de injustiça por parte do grupo radicalizado a partir de uma “*collective experience of being subjected to violence and social exclusion on a large scale and over a long period.*” (Wilhelmsen, 2020, p. 32). A literatura também intitula esse processo de *grievances*, que pode ser compreendida como uma espécie de política do ressentimento (Wilhelmsen, 2020). Em seu estudo sobre a mobilização terrorista de chechenos, no contexto histórico de dominação da região por parte dos russos, Wilhelmsen (2020) argumenta que a escalação dessas *grievances* pode levar à mobilização para ação violenta na medida em que as representações da diferenciação entre o Self e o Outro passam a ser compreendidas como irreparáveis e mesmo perigosas. Nesse sentido, ela conclui que o auge desse processo é a percepção de que a violência é justificável e legítima, de forma com que a ação seja pautada pela máxima “*to fight the Other and secure the Self.*”(Wilhelmsen, 2020, p. 28). Holbrook e Horgan (2019) reforçam esse argumento ao analisar a associação de ideologia com o processo de radicalização frente à possibilidade de resistência que o conceito oferece, explicando que:

Ideology can thus acquire agency through political entrepreneurs communicating a vision of the world seeking to mobilize a given constituency to resist the status quo. Such a paradigm does not assume that mobilization of support is inevitable but helps us ask questions about whether the mobilizing message might resonate, concentrating on the interplay between a person's circumstances and the collective memory and identity of their social surroundings. (Holbrook e Horgan, 2019, p. 7)

Além disso, os resultados sobre a motivação de *foreign fighters* encontrados nos relatos de ex-combatentes corroboram os achados de Benmelech e Klor (2016), que encontraram uma correlação positiva ao cruzar dados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com fluxo de *foreign fighters*. Esse achado pode ser ligado à categoria VI (reação à xenofobia/islamofobia), uma vez que a conclusão dos autores é que em países mais homogêneos internamente, com maior IDH e baixa desigualdade socioeconômica, imigrantes muçulmanos possuem maior dificuldade de assimilação, de forma com que o processo de isolamento social pode induzir à radicalização (Benmelech e Klor, 2016).

Uma das principais contribuições para a categoria V está em Orozobekova (2016), que destaca o impacto do ativismo contra interferência ocidental dentre as possíveis motivações para o engajamento em ações terroristas. Nesse sentido, a autora destaca “a sense of duty to help ‘Muslim brothers’” e “a conflict of identity” vivido por filhos de imigrantes muçulmanos como dois pontos chave para entender a mobilização terrorista (Orozobekova, 2016, p. 91). Ela argumenta que os *foreign fighters* experimentam esse conflito de identidade uma vez que:

Born and raised in Europe, they no longer identify with the country and/or culture in which their parents or grandparents were brought up, yet they also feel excluded from Western society, which still perceives them as foreigners. (Orozobekova, 2016, p. 91)

O papel da **religião** enquanto motivação para a atividade terrorista recebeu destaque particular em Wiktorowicz e Kaltenthaler (2016), que enfatizaram o papel dos incentivos espirituais providos pelo discurso religioso para a radicalização terrorista. Ainda assim, o tópico foi invariavelmente citado nos demais artigos, seja para simbolizar o conteúdo das falas recorrentes dos membros de grupos terroristas ou para validar o impacto da religião no processo de engajamento (Moir, 2017; Hughes e Vidino, 2015). Sobre esse ponto, ao analisar o perfil dos detentos por acusação de terrorismo nos Estados Unidos, Hughes e Vidino (2015) sintetizam as motivações em torno do cumprimento de obrigações religiosas e da oportunidade de participar na criação de “*a utopian Islamic society.*” (Hughes e Vidino, 2015, p. 15). A aspiração por essa sociedade islâmica

evidencia também a presença da motivação III (**vivência integral da identidade islâmica**). Ainda que esta tenha sido menos expressiva nos artigos, ela pode ser compreendida como parte da percepção de ideologia, visto que os grupos terroristas em questão fazem essa associação direta entre os princípios do grupo e a consolidação de uma sociedade totalmente islâmica.

As demais motivações foram menos expressivas nos artigos analisados. Em relação a **motivações econômicas**, ainda que tenham sido citadas eventualmente em outros artigos, Moir (2017) e Peresin (2015) foram os únicos a destacarem esse ponto de forma mais clara como influente no processo. Peresin (2015), em seu estudo com foco nas motivações de mulheres ocidentais para participação em grupos terroristas, também destaca algumas outras motivações possíveis, como “*adventure, alienation, dissatisfaction with their lives, searching for alternatives, romantic disappointments, adolescent rebellion, or other forms of discontent.*” (Peresin, 2015, p. 25). Por fim, um dos artigos também enfatizou a importância da família e entes próximos no processo de radicalização, considerando eventuais influências positivas ou negativas para o engajamento terrorista por parte dessas pessoas (Harris-Hogan, 2014).

## V. DISCUSSÃO

Diante destes achados, cabe entender em que medida eles podem ser conectados com a visão de um movimento de resistência à ação da bio/necropolítica. Como expresso anteriormente, as categorias de motivações V (ativismo contra conflitos nas regiões de interesse) e VI (reação à xenofobia/islamofobia) são de particular interesse para essa interpretação.

Em primeiro lugar, é importante retomar o argumento acerca do que seria esse movimento de resistência. Sendo assim, os principais conceitos de ancoragem da análise são os de biopolítica de Foucault e necropolítica de Mbembe. Enquanto a biopolítica é o sistema de operação do biopoder, entendido como o “poder de promover a vida ou proibia-la até a morte” (*“foster life or disallow it to the point of death”*), a necropolítica seria pautada pelo necropoder, o qual representa o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (*“who may live and who must die”*) (Foucault, 1976, p. 138; Mbembe, 2017, p. 1).

Ainda nesse fio, Mbembe (2017) acredita que o necropoder apresenta uma esfera diferente do biopoder na medida em que opera em sistemas de opressão e dominação (Mbembe, 2017). Nesse contexto, destaca-se a compreensão de que os parâmetros para “*definir quem é ‘descartável’ e quem não é*” partem de um sistema de valoração essencialmente racista (Mbembe, 2017, p. 33). Assim, a necropolítica retira a soberania sobre a decisão de morte do indivíduo e a coloca sob o poder do sistema, que passa então a operar através do necropoder na formação de uma lógica específica de terror, marcada pela proliferação dos espaços de violência (Mbembe, 2017). Ou seja, o terror passa a ser perpetrado como elemento constitutivo do próprio sistema.

Sob essa perspectiva, atos de sacrifício e a preferência pela morte passam a adquirir a conotação de movimento de resistência e retomada da liberdade na medida em que configuram uma oportunidade para escapar do domínio do necropoder. Como esclarece Mbembe (2017), passa então a existir uma equivalência entre os atos de resistência e de autodestruição (Mbembe, 2017). Seguindo esse pensamento, a atuação de grupos terroristas pode ser compreendida como a opção pela incorporação desse terror sistêmico de forma ativa por parte dos agentes, de forma a se opor ao exercício do necropoder passivamente.

Mantendo essa argumentação em mente, cabe revisitar o que os artigos selecionados esclarecem sobre as motivações V e VI. Em relação aos artigos baseados em relatos de ex-combatentes, pode-se perceber que ambas as categorias receberam destaque considerável, considerando a série histórica de conflitos no Oriente Médio e a percepção da necessidade de defesa do Islã. O termo “*activist foreign policy*” foi utilizado por Sheikh (2016) como representação da visão que os entrevistados possuíam dos grupos terroristas enquanto meios para restauração do “*pride of the Muslims*” e recuperação de suas terras que teriam sido ”’*taken away from the Muslims.*”” (Sheikh, 2016, p. 65). Os achados de Lindemann (2018) reforçam essa compreensão na medida em que o autor argumenta sobre a existência de uma uma “*comunidade emocional*” para jihadistas ao assistirem imagens de tortura, repressão e abuso de poder por parte dos regimes apoiados pelos países ocidentais (Lindemann, 2018, p. 938). Nesse sentido, a menção do impacto das imagens de Abu Ghraib por um dos entrevistados em Scull, Alkhadher e Alawadi (2020) em sua motivação para filiação ao terrorismo encontra repercussão em Wilcox (2014), que argumenta sobre o papel das políticas de humilhação na repetição da percepção de sofrimento por parte de populações já oprimidas. Segundo ela: “*The visual record of abuse, such as the photographs depicting torture at Abu Ghraib, may extend the torment, as the recording of the torture was an integral part of the humiliation and shaming and some people take a perverse pleasure in such images.*” (Wilcox, 2014, p. 187).

No caso do Oriente Médio, Fierke (2013) sublinha o impacto dessa percepção de humilhação histórica: “*In the narratives of militant Islamists, the historical experience of humiliation is the product of a national, regional and international construction, imposed by the West on Arabs and Muslims and lowering their status within it.*” (Fierke, 2013, p. 201). Ao retomar o pensamento de Mbembe (2017), essas políticas de humilhação podem ser lidas como parte do funcionamento do necropoder na medida em que operam como espaços de violência simbólica. Sob esse ponto de vista, a ação terrorista ganha a dimensão de instrumento para reversão dessa dominação sistêmica.

Fierke (2013) também traz outra nuance importante nesse contexto que pode ser entendida sob à luz da necropolítica: “*A further sense of betrayal emerged, not only from the failure of the state to provide protection to its population but from an increasing perception that the state was a source of insecurity*” (Fierke, 2013, p. 201). Considerando o argumento de Mbembe (2017), sob a necropolítica a operação estatal não funciona de acordo com o princípio Hobbesiano de que o Estado é um ator para garantir a segurança

da população. Para ele, em sistemas de dominação o que prevalece é o estado de exceção em que o próprio Estado é a fonte de insegurança, o qual concentra a soberania sobre a morte. Esse mecanismo pode ser percebido de forma mais contundente no histórico de criação do Boko Haram, em que é nítida a relevância da frustração com o uso abusivo da força pelo Estado nigeriano para formação do grupo (Nwankpa, 2020). Nesse sentido, evidencia-se o racional de resistência ao bio/necropoder por trás da criação e emergência do grupo terrorista.

Por fim, a negação da agência individual destacada em Lindemann (2018) apresenta mais uma nuance de funcionamento do necropoder. Segundo ele, “*It seems that we can establish a link between denial of autonomy on the one hand, and on the other, a kind of attractiveness to be free to self-sacrifice, since it represents an active contribution*” (Lindemann, 2018, p. 941). Sob essa perspectiva, o uso da violência por parte de grupos terroristas aparece como instrumento de compensação para essa negação de autonomia oriunda do necropoder, evidenciando uma tentativa de reivindicação de agência através da politização do corpo.

Já nos artigos de base teórica, a percepção de uma perda de significância social ou de uma injustiça coletiva foi o principal achado em torno das motivações de resistência à ação da bio/necropolítica. No caso do estudo sobre os terroristas chechenos, ficou evidente o impacto da opressão sistêmica sofrida na região devido à dominação russa como força motriz para mobilização terrorista (Wilhelmsen, 2020). Destaca-se especialmente a escalada de tensão nas representações da diferenciação entre o Self e o Outro de forma a justificar e legitimar o uso da violência, considerando um contexto em que essas diferenças são tidas como irreparáveis e mesmo perigosas: “*to fight the Other and secure the Self.*”(Wilhelmsen, 2020, p. 28). A dificuldade de integração de comunidades islâmicas em países altamente homogêneos também destaca o impacto da islamofobia no isolamento social e na percepção de existência de diferenças irreparáveis que justificariam o uso da violência (Benmelech e Klor, 2018; Kruglanski et al, 2014). Finalmente, o “*sense of duty to help ‘Muslim brothers’*” também reforça os achados nos artigos obtidos por entrevistas em torno do impacto do ativismo contra interferência ocidental nas motivações para o engajamento em ações terroristas. (Orozobekova, 2016, p. 91).

Além disso, os posicionamentos de líderes da maioria dos grupos terroristas expressam a importância desse fator, ainda que possa se argumentar sobre sua instrumentalização a nível discursivo. É o caso de diversas declarações de Osama Bin

Laden, um dos fundadores da Al-Qaida, como em sua Carta à América de 2002, na qual o seguinte trecho elucida os pontos levantados acima:

Under your supervision, consent and orders, the governments of our countries which act as your agents, attack us on a daily basis (...) These governments give us a taste of humiliation, and place us in a large prison of fear and subdual. (...) These tragedies and calamities are only a few examples of your oppression and aggression against us. It is commanded by our religion and intellect that the oppressed have a right to return the aggression. Do not await anything from us but Jihad, resistance and revenge. (Bin Laden, 2002 *apud* Carbonaro, 2023)

Nesse sentido, a ação terrorista é justificada enquanto uma resposta a opressões sistemáticas sofridas anteriormente, em uma lógica que espelha em alguma medida o princípio de legítima defesa.

Dessa maneira, conclui-se que a compreensão de que existe um movimento de resistência à ação da bio/necropolítica nas motivações para participação em grupos terroristas é sustentada pelas evidências analisadas. Ainda que esse entendimento possa ser instrumentalizado enquanto elemento discursivo e não necessariamente a força motriz da decisão terrorista, mais atenção precisa ser dada a essas motivações.

## VI. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou entender as motivações para participação em grupos terroristas sob à luz dos conceitos de biopolítica de Foucault e de necropolítica de Mbembe. O intuito era entender se parte das motivações poderia ser interpretada como um movimento de resistência à ação do bio/necropoder.

Nesse sentido, foi realizada uma seleção de artigos de fontes secundárias sobre as motivações para engajamento em grupos terroristas, divididos de acordo com sua metodologia: de um lado, os artigos obtidos através de entrevistas com ex-combatentes dessas organizações e, de outro, artigos de base teórica abstrata sobre o tema. A metodologia foi pautada no marco temporal de 2013 a 2023, considerando a ascensão da literatura sobre o tema nesse período devido à emergência do Estado Islâmico e seu uso de mídias sociais, que facilitou tanto o recrutamento para as ações terroristas quanto o contato com os membros dessas organizações. O trabalho tomou como base o enquadramento de terrorismo realizado pelo sistema das Nações Unidas e a lista de organizações terroristas considerada pelo Conselho de Segurança. Nesse sentido, os grupos no escopo do trabalho foram o Estado Islâmico, a Al-Qaida, a Frente Al-Nusrah e o Boko Haram.

Mediante a análise das motivações encontradas nos artigos, foi possível perceber a presença de múltiplos fatores e mesmo eventuais sobreposições devido à complexidade da decisão, resultando na sistematização das motivações em 6 categorias: I. religião; II. razões econômicas, como busca por emprego; III. vivência integral da identidade islâmica; IV. busca por significação pessoal; V. ativismo contra conflitos nas regiões de interesse (majoritariamente no Oriente Médio) e VI. reação à xenofobia/islamofobia. Nesse sentido, as categorias V e VI foram interpretadas como parâmetros de identificação de motivações associadas à resistência à bio/necropolítica.

O aparecimento reiterado dessas duas motivações nos artigos analisados recebeu destaque, indicando sua relevância para a compreensão da decisão para engajamento terrorista. Conclui-se que a dominação sistemática vivenciada no contexto de análise dos artigos enquadra a ação terrorista em uma interpretação de reivindicação da agência mediante a politização do corpo. Sendo assim, a incorporação do terror sistêmico próprio do funcionamento da necropolítica pode ser lida como uma alternativa de resistência por parte dos grupos terroristas à ação do necropoder. A experiência de xenofobia ou

islamofobia também desponta como fator relevante da análise ao ser interpretado como campo de violência simbólica da necropolítica, configurando um cenário em que a ação terrorista é considerada um instrumento para reversão dessa opressão sistêmica. Independentemente de eventuais juízos de valor sobre o posicionamento ou a possível arbitrariedade dos discursos de terroristas, evidencia-se que mais atenção deve ser destinada a essas motivações.

Ressalta-se também que o trabalho não pretende fazer uma análise de cunho moral acerca da atuação terrorista, mas sim expandir o debate em torno de quais seriam as motivações para participação em organizações que recorrem ao uso exacerbado da violência. Além disso, vale retomar a limitação da bibliografia em relação às dificuldades de acessar membros de grupos terroristas e conduzir pesquisas de campo na área, assim como a limitação de acesso ao conteúdo integral dos artigos com entrevistas. Nesse sentido, a validação da hipótese com fontes primárias seria importante para a consolidação da compreensão do impacto da necropolítica na ação terrorista.

## VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, R. Michael Foucault: Biopolitics and Biopower. Critical Legal Thinking, 10 mai. 2017. Disponível em: <<https://criticallegalthinking.com/2017/05/10/michael-foucault-biopolitics-biopower/>>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- AFSARUDDIN, A. Caliphate. Britannica Editors, 24 out. 2025. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Caliphate>>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- AGBIBOA, D. E. Why Boko Haram Exists: The Relative Deprivation Perspective. African Conflict and Peacebuilding Review, (s.l.), v. 3, n. 1, p. 144–57, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.2979/africonfpeacrevi.3.1.144?seq=1>>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ALAALDIN, R. The Rise of al-Nusra. Royal United Services Institute (RUSI), 12 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/rise-al-nusra>>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ALTIER, M. B.; HORGAN, J.; THOROUGHGOOD, C. In Their Own Words? Methodological Considerations in the Analysis of Terrorist Autobiographies. Journal of Strategic Security, (s.l.), v. 5, n. 4, p. 85–98, 2012. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26463975>>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ARAÚJO, U. EUA atacam o Brasil com rótulos de terrorismo, sanções e pressão de acesso a bases em estratégia neomonroísta. Artigo de Uriel Araujo. Instituto Humanitas Unisinos, 27 mai. 2025. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/categorias/652530-eua-atacam-o-brasil-com-rotulos-de-terrorismo-sancoes-e-pressao-de-acesso-a-bases-em-estrategia-neomonroista>>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- AZMAN, N. A. ‘ISLAMIC STATE’ (IS) PROPAGANDA: DABIQ AND FUTURE DIRECTIONS OF ‘ISLAMIC STATE.’ Counter Terrorist Trends and Analyses, (s.l.), v. 8, n. 10, p. 3–8, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26351457>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BAKKER, E.; GROL, P. Motives and Considerations of Potential Foreign Fighters from the Netherlands. International Centre for CounterTerrorism, (s.l.), 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep17484>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BARKINDO, F. A. BOKO HARAM-IS CONNECTION: Local & Regional Implications. Counter Terrorist Trends and Analyses, (s.l.), v. 8, n. 6, p. 3–8, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26351424>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BBC. Syrian Nusra Front announces split from al-Qaeda. BBC, 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-36916606>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BBC. As diferenças entre sunitas e xiitas, que explicam boa parte dos conflitos no Oriente Médio, 10 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BENMELECH, E; KLOR, E. What Explains the Flow of Foreign Fighters to ISIS? National Bureau of Economic Research (NBER) Working Paper 22190, Cambridge, 2016. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/22190.html>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BERGER, J.M.; MORGAN, J. The ISIS Twitter census: Defining and describing the population of ISIS supporters on Twitter. Center for Middle East Policy at Brookings Institution, (s.l.), n. 20, 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/the-isis-twitter-census-defining-and-describing-the-population-of-isis-supporters-on-twitter/>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l113260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l113260.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BUTLER, J. Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”. New York & London: Routledge, 1993.

BUTLER, J. Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence. London and New York: Verso, 2004.

CARBONARO, Giulia. Osama Bin Laden’s Letter to America: Transcript in Full. Newsweek, 2023. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/osama-bin-laden-letter-america-transcript-full-1844662>>. Acesso em 13 nov. 2025.

CASELLA, P. B.; ACCIOLY, H. P. P.; SILVA, G. E. N. Manual de direito internacional público. 27ª Edição. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

CENGIZ, M.; KARADEMIR, K.; CINOGLU, H. The ISIS Model and its Influence Over Global Terrorism. European Scientific Journal (ESJ), (s.l.), v. 18, n. 7, p. 14-35, 2022. Disponível em: <<https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/15174>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CRAGIN, K. Early History of Al-Qa’ida. The Historical Journal, (s.l.), v. 51, n. 4, p. 1047-1067, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20175214>>. Acesso em: 13 nov. 2025

DAWSON, L.; AMARASINGAM, A.; BAIN, A. Talking to Foreign Fighters: Socio-Economic Push versus Existential Pull Factors. The Canadian Network for Research on Terrorism, Security, and Society, (s.l.), 2016. Disponível em: <<https://tsas.ca/working-papers/talking-to-foreign-fighters/>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

DAWSON, L.; AMARASINGAM, A. Talking to Foreign Fighters: Insights into the Motivations for Hijrah to Syria and Iraq. Studies in Conflict & Terrorism, v. 40, n. 3, p. 191–210, 2017. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1057610X.2016.1274216>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

DOLNIK, A. Conducting Field Research on Terrorism: A Brief Primer. Perspectives on Terrorism, v. 5, n. 2, p. 3-35, 2011. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26298510>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FIERKE, K. M. Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations. New York: Cambridge University Press, 2013.

FOUCAULT, M. The History of Sexuality. Volume I: An Introduction. New York: Pantheon Books, 1978.

FOUCAULT, M. Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: EheSS Galimard Seuil, 1997.

GALVIS DOMENECH, M. J. Utilidad del estudio de los patrones de pensamiento en yihadistas españoles como mecanismo de prevención frente a la radicalización. Revista Criminalidad, Bogotá, v. 63, n.2, p. 83-98, 2021. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-31082021000200083&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082021000200083&lng=en&nrm=iso)>. Accesso em: 13 Nov. 2025.

GERSHKOFF, A; KUSHNER, S. Shaping Public Opinion: The 9/11-Iraq Connection in the Bush Administration's Rhetoric. Perspectives on Politics, (s.l.), v.3, n.3, p. 525-537, 2005. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abs/shaping-public-opinion-the-911iraq-connection-in-the-bush-administrations-rhetoric/FBF0272D582863800F770F1AEE276593#access-block>>.

Acesso em: 13 nov. 2025.

GLENN, C; ROWAN, M; CAVES, J; NADA, G. Timeline: the Rise, Spread, and Fall of the Islamic State. Wilson Center, 28 out. 2019. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

GROPPPI, M. An Empirical Analysis of Causes of Islamist Radicalisation: Italian Case Study. Perspectives on Terrorism v.11, n. 1, p. 68–76, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26297738>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HARRIS-HOGAN, S. The Importance of Family: The Key to Understanding the Evolution of Jihadism in Australia. Security Challenges, (s.l.), v. 10, n. 1, p. 31–50, 2014. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26462929>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HARSHE, R. Unveiling the Ties between US Imperialism and Al Qaida. Economic and Political Weekly, (s.l.), v. 43, n. 51, p. 67–72, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40278314>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HODGSON, J.; TADROS, V. The Impossibility of Defining Terrorism. New Criminal Law Review: An International and Interdisciplinary Journal, (s.l.), v. 16, n. 3, p. 494–526, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1525/nclr.2013.16.3.494>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HOFFMAN, A.; ZEIDEL, R. ISIS in Its Own Words: The History, Strategy, and Ideology of the Islamic State. The Institute for National Security Studies (INSS), jan. 2021. Disponível em: <[https://www.inss.org.il/strategic\\_assessment/isis-in-its-own-words-the-history-strategy-and-ideology-of-the-islamic-state/](https://www.inss.org.il/strategic_assessment/isis-in-its-own-words-the-history-strategy-and-ideology-of-the-islamic-state/)>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HOLBROOK, D; HORGAN, J. Terrorism and Ideology: Cracking the Nut. Perspectives on Terrorism v. 13, n. 6, p. 2–15, 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26853737>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HUGHES, S.; VIDINO, L. ISIS IN AMERICA: FROM RETWEETS TO RAQQA. George Washington University, 2015. Disponível em: <<https://extremism.gwu.edu/isis-america>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

IRSHAID, F. Isis, Isil, IS or Daesh? One group, many names. BBC, 02 Dezembro 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-27994277>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

KRUGLANSKI, A. W.; GELFAND, M. J.; BÉLANGER, J. J.; SHEVELAND, A.; HETIARACHCHI, M; GUNARATNA, R. The Psychology of Radicalization and Deradicalization: How Significance Quest Impacts Violent Extremism. *Political Psychology*, v. 35, n. 1, p. 69–93, 2014. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43783789>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

KRUGLANSKI, A.; JASKO, K.; WEBBER, D.; CHERNIKOVA, M.; MOLINARIO, E. The Making of Violent Extremists. *Review of General Psychology*, (s.l.), v. 22, n. 1, p. 107-120, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1037/gpr0000144>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LIA, B. Al-Qaida's Appeal: Understanding Its Unique Selling Points. *Perspectives on Terrorism*, (s.l.), v. 2, n. 8, p. 3–10, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26298362>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LINDEMANN, T. Agency (Mis)Recognition in International Violence: The Case of French Jihadism. *Review of International Studies*, (s.l.), v. 44, n. 5, p. 922–43, 2018. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26619362>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Médicos Sem Fronteiras (MSF) (s.d.). The Practical Guide to Humanitarian Law. Terrorism. Disponível em: <<https://guide-humanitarian-law.org/content/article/3/terrorism/#:~:text=The%20United%20Nations%20Security%20Council,potential%20targets%20of%20terrorist%20attacks>>. Acesso em: 05 nov. 2025.

MITTS, T. From Isolation to Radicalization: Anti-Muslim Hostility and Support for ISIS in the West. *The American Political Science Review*, (s.l.), v. 113, n. 1, p. 173–94, 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26592119>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MOIR, N. L. ISIL Radicalization, Recruitment, and Social Media Operations in Indonesia, Malaysia, and the Philippines. *PRISM*, (s.l.), v. 7, n. 1, p. 90–107, 2017. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26470500>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MUELLER, J.; STEWART, M. Misoverestimating ISIS: Comparisons with Al-Qaeda. Perspectives on Terrorism, (s.l.), v. 10, n. 4, p. 30–39, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297616>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution 3034 (1972): adopted by the General Assembly at its 2114th meeting on 18 December 1972. [S. 1.]: UN, 1972. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/A/RES/3034\(XXVII\)](https://docs.un.org/en/A/RES/3034(XXVII))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution 51/210 (1997): adopted by the General Assembly at its 51st meeting on 16 January 1997. [S. 1.]: UN, 1997. Disponível em: <<https://docs.un.org/en/a/res/51/210>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1267 (1999): adopted by the Security Council at its 4051st meeting on 15 October 1999. [S. 1.]: UN, 1999. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1267%20\(1999\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1267%20(1999))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1373 (2001): adopted by the Security Council at its 4385th meeting on 28 September 2001. [S. 1.]: UN, 2001. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1373\(2001\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1373(2001))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1526 (2004): adopted by the Security Council at its 4908th meeting, on 30 January 2004. [S. 1.]: UN, 2004a. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1526%20\(2004\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1526%20(2004))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1566 (2004): adopted by the Security Council at its 5053rd meeting, on 8 October 2004. [S. 1.]: UN, 2004b. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1566\(2004\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1566(2004))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1988 (2011): adopted by the Security Council at its 6557th meeting, on 17 June 2011. [S. 1.]: UN, 2011. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1988%20\(2011\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1988%20(2011))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1989 (2011): adopted by the Security Council at its 6557th meeting, on 17 June 2011. [S. 1.]: UN, 2011. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/1989%20\(2011\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1989%20(2011))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2170 (2014): adopted by the Security Council at its 7242nd meeting, on 15 August 2014. [S. 1.]: UN, 2014. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2170\(2014\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2170(2014))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2253 (2015): adopted by the Security Council at its 7587th meeting, on 17 December 2015. [S. 1.]: UN, 2015. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2253\(2015\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2253(2015))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2617 (2021): adopted by the Security Council on 30 December 2021. [S. 1.]: UN, 2021. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2617\(2021\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2617(2021))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2734 (2024): adopted by the Security Council at its 9649th meeting, on 10 June 2024. [S. 1.]: UN, 2024. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2734\(2024\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2734(2024))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2763 (2024): adopted by the Security Council at its 9812th meeting, on 13 December 2024. [S. 1.]: UN, 2024. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2763\(2024\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2763(2024))>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Security Council Consolidated List, (s.d.). Disponível em: <<https://main.un.org/securitycouncil/en/content/un-sc-consolidated-list#composition%20list>>. Acesso em: 13 out. 2025.

NWANKPA, M. Understanding the Local-Global Dichotomy and Drivers of the Boko Haram Insurgency. *African Conflict and Peacebuilding Review*, (s.l.), v. 10, n. 2, p. 43–64, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.2979/africonfpeacrevi.10.2.03>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

OLIDORT, J. What Is Salafism?. The Washington Institute, 24 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/what-salafism>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OOSTERVELD, W. T.; BLOEM, W.; FARNHAM, N.; KAYAOGLU, B.; SWEIJS, T. The Rise and Fall of ISIS: From Evitability to Inevitability. In: DE SPIEGELEIRE, S.; SWEIJS, T. (Org.), Volatility and Friction in the Age of Disintermediation (pp. 155–172). Hague Centre for Strategic Studies, 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep12618.10>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

OROZOBKOVA, A. The Mobilization and Recruitment of Foreign Fighters: The Case of Islamic State, 2012–2014. Connections, (s.l.), v. 15, n. 3, p. 83–100, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26326453>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

PERESIN, A. Fatal Attraction: Western Muslims and ISIS. Perspectives on Terrorism, (s.l.), v. 9, n. 3, p. 21–38, 2015. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297379>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SCHILS, N.; PAUWELS, L. J. R. Political Violence and the Mediating Role of Violent Extremist Propensities. Journal of Strategic Security, v. 9, n. 2, p. 70–91, 2016. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26466777>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SCULL, N. C.; ALKHADHER, O.; ALAWADI, S. Why People Join Terrorist Groups in Kuwait: A Qualitative Examination. Political Psychology, (s.l.), v. 41, n. 2, p. 231–47, 2020. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/45295097>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SINGER, P. W.; BROOKING, E. Jihadi Digital Natives. The New Atlantis, (s.l.), n. 57, p. 83–90, 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26609103>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SHAIKH, M.; BONINO, S. In Conversation with Mubin Shaikh: From Salafi Jihadist to Undercover Agent inside the ‘Toronto 18’ Terrorist Group. Perspectives on Terrorism,

(s.l.), v. 10, n. 2, p. 61–72, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297554>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SHAPIRO, J.; SIEGEL, D. (2012). Moral Hazard, Discipline, and the Management of Terrorist Organizations. *World Politics*, (s.l.), v. 64, n. 1, p. 39-78, 2012 Disponível em: <<https://esoc.princeton.edu/publications/moral-hazard-discipline-and-management-terrorist-organizations>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SHEIKH, J. ‘I Just Said It. The State’: Examining the Motivations for Danish Foreign Fighting in Syria. *Perspectives on Terrorism*, (s.l.), v. 10, n. 6, p. 59–67, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297706>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SPECKHARD, A.; YAYLA, A. S. Eyewitness Accounts from Recent Defectors from Islamic State: Why They Joined, What They Saw, Why They Quit. *Perspectives on Terrorism*, (s.l.), v. 9, n. 6, p. 95–118, 2015. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297465>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SPECKHARD, A.; ELLENBERG, M. D. ISIS in Their Own Words: Recruitment History, Motivations for Joining, Travel, Experiences in ISIS, and Disillusionment over Time – Analysis of 220 In-Depth Interviews of ISIS Returnees, Defectors and Prisoners. *Journal of Strategic Security*, (s.l.), v. 13, n. 1, p. 82–127, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26907414>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

STORM, M.; BONINO, S. In Conversation with Morten Storm: A Double Agent’s Journey into the Global Jihad. *Perspectives on Terrorism*, (s.l.), v. 10, n. 1, p. 53–64, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26297519>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

THURSTON, A. *Boko Haram: The History of an African Jihadist Movement*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

UK GOVERNMENT. Country policy and information note, Kuwait: Bidoons, August 2024 (accessible). UK Government, 22 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/kuwait-country-policy-and-information->>

[notes/country-policy-and-information-note-kuwait-bidoons-august-2024-accessible](#)>.

Acesso em: 17 nov. 2025.

US DEPARTMENT OF STATE. Terrorist Designations of Boko Haram Commander Abubakar Shekau, Khalid al-Barnawi, and Abubakar Adam Kambar. Washington: US Department of State, 21 jun. 2012. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/06/193574.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2025

WARD, A. ISIS's Use of Social Media Still Poses a Threat to Stability in the Middle East and Africa. Rand, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/commentary/2018/12/isiss-use-of-social-media-still-poses-a-threat-to-stability.html>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

WIKTOROWICZ, Q.; KALTENTHALER, K (2016). The Rationality of Radical Islam. Political Science Quarterly, v. 131, n. 2, p. 421–48, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/45175745>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

WILCOX, L. Bodies of Violence: Theorizing Embodied Subjects in International Relations. New York: Oxford University Press, 2014.

WILHELMSEN, J. Exclusion and Inclusion: The Core of Chechen Mobilization to Jihad. Perspectives on Terrorism, v. 14, n. 2, p. 27–41, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26910405>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

YOSUFI, A. B. The Rise and Consolidation of Islamic State: External Intervention and Sectarian Conflict. Connections, v. 15, n. 4, p. 91–110, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26326461>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

ZENN, J. Demystifying Al-Qaida in Nigeria: Cases from Boko Haram's Founding, Launch of Jihad and Suicide Bombings. Perspectives on Terrorism, (s.l.), v. 11, n. 6, p. 173–89, 2017. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26295966>>. Acesso em: 17 nov. 2025.